



HIDRELÉTRICAS E PROJETOS DE MDL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:

Iudibriando investidores e
trapaceando a atmosfera?

Autores



Apoio institucional



Estudo realizado com
apoio financeiro de:



Os dados e opiniões expressos nesse relatório são de total responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião dos financiadores e apoiadores deste estudo.

HIDRELÉTRICAS E PROJETOS DE MDL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:

Iudibriando investidores e
trapaceando a atmosfera?

Janeiro de 2018



Este documento é de autoria coletiva das seguintes instituições: Idesam, EDF, ICV, FAS e BVRio. Sugestões, dúvidas e comentários devem ser encaminhados para Mariano Colini Cenamo (e-mail: mariano@idesam.org.br) e Steve Schwartzman (email: sschwartzman@edf.org).



SUMÁRIO

Siglas	6
1 Resumo Executivo	7
2 Introdução: O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	10
3 O Acordo de Paris, a Aviação Internacional e novos Mercados de Carbono	13
4 Consistência e Integridade Ambiental do MDL	15
5 O Portfólio de MDL no Brasil: Risco Ambiental e Legal	18
6 Créditos de Carbono pra corrupção?	20
7 Posição do Brasil contra REDD+ and Mercados	23
8 Novas possibilidades para os mercados de carbono pós-Quito	26
Conclusão	29
Notas	30
Apêndice	33

SIGLAS

ADS	Ações Depositárias Americanas
CORSIA	<i>Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation</i> (Regime de Redução e Compensação de Carbono para a Aviação Internacional)
UE	União Europeia
EU ETS	<i>European Union Emissions Trading Scheme</i> (Regime de Comércio de Emissões da União Europeia)
ICAO	<i>International Civil Aviation Organization</i> (Organização da Aviação Civil Internacional)
LDC	<i>Least Developed Countries</i> (Países Menos Desenvolvidos)
LULUCF	<i>Land Use, Land Use Change and Forestry</i> (Uso do Solo, Mudança no Uso do Solo e Silvicultura)
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
ONU	Organização das Nações Unidas
RCE	Redução Certificada de Emissões
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima



RESUMO EXECUTIVO

INVESTIGAÇÕES RECENTES COLOCAM EM XEQUE A INTEGRIDADE FINANCEIRA E AMBIENTAL DOS PROJETOS HIDRELÉTRICOS DE MDL DO BRASIL. AS ENORMES BARRAGENS – QUE SE CONFIGURAM COMO PRINCIPAL ITEM DO PORTFÓLIO BRASILEIRO DE REDUÇÕES CERTIFICADAS DE EMISSÕES (RCES) SOB O MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL) – ESTÃO IMERSAS EM PROBLEMAS CRÍTICOS QUE COMPROMETEM A SUA CAPACIDADE DE CONTRIBUIR PARA O CLIMA GLOBAL.

A compreensão dos problemas e das limitações do MDL e de suas implicações para a construção de novos mecanismos de mercado para combater as mudanças climáticas é crucial, tanto no âmbito do Acordo de Paris quanto para o Regime para Redução e Compensação de Carbono da Aviação Internacional (CORSIA), da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) e outros mercados de carbono em formação.

Em registros junto à Organização das Nações Unidas (ONU), representantes da companhia brasileira estatal de energia, Eletrobras, principal acionista nos projetos de grandes barragens, incluindo as hidrelétricas de Santo Antônioⁱ, Jirauⁱⁱ e Teles Piresⁱⁱⁱ, afirmam que as usinas devem receber créditos de carbono por meio do MDL, pois reduziram as emissões de dióxido de carbono (CO₂) a níveis inferiores do que ocorreria em sua ausência. Esse é o princípio fundamental da adicionalidade em ações de mitigação das mudanças climáticas. Considerando os enormes custos e riscos desses projetos, as receitas oriundas da venda dos créditos de carbono gerados seriam fundamentais para garantir sua viabilidade financeira. Em outras palavras, as receitas dos créditos de carbono seriam um objetivo-chave dos acionistas e investidores do projeto^{iv}. Com base nessas afirmações, que configuram a chamada “adicionalidade”, a ONU emitiu milhões de créditos de carbono negociáveis para tais usinas e está pronta para emitir outras centenas de milhões^v.

No entanto, como se verificou recentemente, os projetos citados estiveram envolvidos no que pode ser o maior escândalo de corrupção e propina em obras de infraestrutura na história do Brasil – a Operação Lava-Jato^{vi}. As investigações da Lava-Jato revelaram bilhões de dólares em pagamentos ilegais, envolvendo a companhia brasileira de petróleo, Petrobrás, derrubaram um governo e abalaram a economia do país. Mas não é só na Lava-Jato que os projetos brasileiros de hidrelétricas despertaram questionamentos. Uma ação judicial pendente na corte federal de Nova Iorque, nos Estados Unidos, alega que a Eletrobras e suas subsidiárias afirmaram aos investidores que as usinas eram financeiramente viáveis sem fazer menção aos créditos de carbono (o que enfraquece as alegações de adicionalidade). Envolveram-se ainda em corrupção generalizada, como superfaturamentos e propinas na construção das barragens; e ocultaram a corrupção dos investidores, que perderam grandes somas de dinheiro à medida que os preços das ações da Eletrobras despencaram, após a revelação da suposta conduta ilegal^{vii}. Um ex-executivo de uma subsidiária da Eletrobras foi sentenciado a mais de quarenta anos de prisão por suborno, lavagem de dinheiro, obstrução de justiça, sonegação de impostos e participação em organização criminosa, estando ainda pendentes condenações similares aos outros executivos da empresa^{viii}.

Apesar de haver atestado em seus documentos à ONU que as hidrelétricas “não podem ser consideradas

financeiramente atrativas” sem os créditos de carbono, até a presente data, nenhum documento publicamente disponível foi encaminhado às autoridades de valores mobiliários dos Estados Unidos (nem de qualquer outro lugar), indicando que a Eletrobrás e suas afiliadas mantinham projetos de MDL atrelados às usinas ou que a atratividade financeira dos projetos dependia da venda dos créditos de carbono. Tampouco revelaram que os créditos de carbono eram fundamentalmente sem valor quando foram registrados, devido à crise no mercado de MDL.

As usinas estão em operação, ainda que o valor atual dos créditos de carbono seja insignificante. Como os projetos de MDL não têm gerado receita, pode-se dizer que quaisquer reduções de emissões atribuíveis à construção das hidrelétricas teriam ocorrido de qualquer forma, independente da emissão dos créditos. Ou seja, esses créditos são apenas “ar quente” ou reduções de emissões fictícias.

Outro problema crítico é que, pelas regras do MDL, as usinas não são obrigadas a contabilizar as emissões de metano (CH₄) de seus reservatórios e áreas alagadas, o que omite emissões significativas de gases de efeito estufa (GEE). Esse é um problema grave e bem conhecido das usinas hidrelétricas em países tropicais^x. No caso de Teles Pires, por exemplo, a área alagada foi 50% maior do que o desmatamento do reservatório, submergindo uma grande porção de vegetação, cujo processo de decomposição emite porcentagens consideráveis de gás metano não contabilizadas. Para agravar, tais projetos também desconsideram as emissões de carbono geradas pelo aumento do desmatamento no entorno das usinas, associado ao surgimento de novas vilas e cidades, criadas para assentar os operários que migram para essas regiões durante a construção e acabam se estabelecendo no entorno desses empreendimentos.

A presente investigação questiona a veracidade das afirmações de adicionalidade dos projetos de MDL da Eletrobras e suas afiliadas feitas à ONU e denuncia que centenas de milhões de créditos de carbono foram, ou possivelmente serão, negociados com base em representações fraudulentas.

Além dos projetos específicos que estão sendo investigados ou em processo judicial, este relatório destaca os riscos inerentes a um mecanismo de mercado que emite créditos de carbono sem nenhuma integração ou compatibilização com as metas nacionais de emissões

(atualmente representadas pelas NDCs). É razoável supor que o controle e a contabilização das emissões de crédito de carbono deveriam constar em um registro nacional, administrado de forma rigorosa e transparente para evitar a dupla contagem de reduções de emissões.

As duas preocupações fundamentais – com a integridade ambiental e com os fortes indícios de corrupção em larga escala nas usinas hidrelétricas da Amazônia – indicam que o MDL, da forma como está constituído, carrega consigo incentivos intrinsecamente perversos^x. A aceitação indiscriminada de tais créditos – que incluem, mas não se limitam, aos créditos das usinas brasileiras – em mercados emergentes de carbono põe em risco a integridade ambiental e financeira dos mecanismos de compensação e das empresas que os utilizam. Os riscos se estendem especialmente ao CORSIA/ ICAO e à UNFCCC e seu Acordo de Paris, uma vez que ambos almejam novas metas e reduções de emissões desatreladas de compromissos anteriores.

Garantir a integridade ambiental e financeira desses novos mercados – fundamentais para atingir reduções expressivas de emissões nos países em desenvolvimento – impõe a necessidade de explorar alternativas de mercado de carbono dotadas de estrutura, capacidade de governança e padrões de proteção contra riscos ambientais, econômicos e reputacionais.

**GARANTIR A INTEGRIDADE
AMBIENTAL E FINANCEIRA DE
NOVOS ACORDOS IMPÕE A
NECESSIDADE DE EXPLORAR
ALTERNATIVAS DE MERCADO
DE CARBONO DOTADAS DE
ESTRUTURA, CAPACIDADE DE
GOVERNANÇA E PADRÕES DE
PROTEÇÃO CONTRA RISCOS
AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E
REPUTACIONAIS**



2

INTRODUÇÃO

O Mecanismo de
Desenvolvimento Limpo

O BRASIL FOI O PROPONENTE DO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL) NA UNFCCC, EM 1997. ESTABELECIDO NO ARTIGO 12 DO PROTOCOLO DE QUIOTO, O MDL PERMITE A PAÍSES INDUSTRIALIZADOS E COM LIMITES COMPULSÓRIOS DE EMISSÕES, COMPRAR CRÉDITOS DE CARBONO – CHAMADOS DE REDUÇÕES CERTIFICADAS DE EMISSÕES (RCES) – VINCULADOS A PROJETOS DE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, UTILIZANDO-OS PARA COMPENSAR EMISSÕES ACIMA DAS SUAS METAS. COMO OS PAÍSES EMISSORES DE TÍTULOS DE MDL NÃO TÊM LIMITE DE EMISSÕES E OS TÍTULOS SÃO CALCULADOS APENAS COM BASE NO CENÁRIO DO QUE ACONTECERIA SEM AQUELE PROJETO, SEM ANÁLISE DO CENÁRIO DE EMISSÕES EM NÍVEL NACIONAL.

Outros mecanismos de mercado estabelecidos pelo Protocolo de Quioto visam proporcionar uma mitigação geral nas emissões globais. Eles permitem a transferência de reduções de emissões entre países com limites compulsórios, mas exigem uma contabilidade na qual o país emissor da transferência deve subtrair essas unidades de seu limite de emissões (por exemplo, estabelecido em sua NDC), enquanto o país comprador as adiciona ao seu limite. Assim, ambos cumprem seus limites de emissões, garantindo mitigação geral e evitando uma dupla-contabilidade de reduções de emissões.

No MDL é diferente. O Protocolo de Quioto não especifica que as RCES devam ser deduzidas do limite de emissões do país, emitente, já que os emissores, países em

desenvolvimento, estavam isentos de limites. Dispensado da contabilidade das reduções de emissões domésticas, um país emitente poderia superestimar as reduções de emissões de um projeto MDL sem sofrer as consequências de deduzir essa estimativa exagerada de seu limite nacional de emissões. Ou seja, essa estrutura favorece que proponentes de projetos superestimem as reduções de emissões geradas e transfiram RCES infladas para os países com limite de emissões.

Até a presente data, o MDL tem 7.784 projetos registrados e emitiu cerca de 2,85 bilhões de RCES, o equivalente a 2,85 bilhões tCO₂e^{xi}. Antes da crise financeira e do colapso, em 2012, dos preços do carbono no *European Emissions Trading Scheme* (EU-ETS) em função da sobre-alocação de

permissões de emissão, as RCEs eram comercializadas por até US\$ 20. Hoje, são nominalmente avaliadas em centavos e quase não têm valor de mercado^{xii}. Na ausência de uma nova fonte de demanda para elas, é improvável que seu valor aumente, pois o Protocolo de Quioto e o MDL estão para ser substituídos pelo Acordo de Paris e seus mecanismos em 2020.

No entanto, negociadores brasileiros, tanto na UNFCCC quanto na ICAO, têm advogado de forma vigorosa pela “aprovação automática” e exclusiva de créditos MDL já existentes, tanto no CORSIA/ICAO, quanto nas abordagens cooperativas e novos mecanismos de mercado sob o Artigo 6, do Acordo de Paris^{xiii}, opondo-se a admitir novas atividades e modalidades de reduções de emissões, como as oriundas de atividades de Reduções do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+).

O presente relatório revisita análises recentes de projetos MDL e examina os méritos relativos de compensações em nível de projetos (*project-based offsets*) e programas jurisdicionais de reduções de emissões, bem como examina o portfólio de projetos de MDL do Brasil. A posição brasileira (voltada à aceitação automática e exclusiva de projetos existentes de MDL^{xiv} no CORSIA e nos



Área de desmatamento para construção da Usina de Belo Monte | Lalo de Almeida – Folhapress

mecanismos pós-2020 do Acordo de Paris, bem como a oposição ao uso do REDD+) baseia-se na alegação de que os projetos MDL possuem maior integridade ambiental. O fato é que a defesa dos negociadores brasileiros, na UNFCCC e na ICAO, em favor do MDL e contra a inclusão do REDD+ parece orquestrada para beneficiar o setor de energia elétrica do Brasil – em especial a Eletrobras, assolada por escândalos de corrupção –, à custa da manutenção de taxas alarmantes de desmatamento na Amazônia.

**A DEFESA DOS
NEGOCIADORES BRASILEIROS,
NA UNFCCC E NA ICAO, EM
FAVOR DO MDL E CONTRA
A INCLUSÃO DO REDD+
PARECE ORQUESTRADA PARA
BENEFICIAR O SETOR DE
ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL**



3

O ACORDO DE PARIS,

a Aviação Internacional e
novos Mercados de Carbono

O ACORDO DE PARIS, NO ARTIGO 6, ADMITE QUE OS PAÍSES BUSQUEM COOPERAÇÃO VOLUNTÁRIA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS SUAS CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS (NDCS), PERMITINDO MAIOR AMBIÇÃO NAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. PREVÊ TAMBÉM QUE “RESULTADOS INTERNACIONALMENTE TRANSFERÍVEIS DE MITIGAÇÃO” POSSAM SER UTILIZADOS PARA CUMPRIR METAS NACIONAIS. NO ARTIGO 6.4, O ACORDO CRIA UM MECANISMO PARA CONTRIBUIR COM A MITIGAÇÃO DE GEE E APOIAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ESSAS DECISÕES APONTAM PARA A EMERGÊNCIA DE SE CRIAR NOVOS ESPAÇOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE EMISSÕES NA ERA PÓS-QUIOTO E PÓS-MDL A PARTIR DE 2020.

A ICAO, em outubro de 2016, adotou o CORSIA como primeiro mecanismo de mercado setorial para apoiar a aviação internacional no estabelecimento de metas para limitar suas emissões líquidas aos níveis de 2020. Estima-se que o CORSIA gerará uma demanda de aproximadamente 3 GtCO₂ de reduções de emissões até 2035^{xv}. Dadas as possibilidades limitadas do setor de reduzir emissões por meio de “aviões mais eficientes” ou “combustíveis menos emissores”, a maior parte das suas reduções de emissões pós-2020 somente poderá ser cumprida pela aquisição de redução de emissões (créditos de carbono) de outros setores.^{xvi}

Critérios e métodos robustos devem ser criados pela ICAO para elencar os programas elegíveis a gerar créditos de carbono (*offsets*) para as companhias aéreas participantes do CORSIA^{xvii}, enquanto as partes da

UNFCCC devem, de maneira similar, desenvolver orientações para os artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris. Caso o REDD+ seja excluído dos mecanismos da ONU e do CORSIA, os países detentores de florestas tropicais irão, mais uma vez, perder a oportunidade de criar uma fonte de financiamento em escala, que poderia pagar pelo fim do desmatamento, garantindo integridade ambiental e inúmeros benefícios para a biodiversidade e comunidades locais. Estima-se que as receitas financeiras estejam na casa das dezenas de bilhões de dólares.

Daí, a importância de examinar a alegação dos negociadores brasileiros de que os projetos MDL oferecem maior nível de integridade ambiental do que outras potenciais estratégias de redução de emissões internacionais baseadas em mercado, incluindo as reduções jurisdicionais do desmatamento via mecanismos de REDD+.



4

**CONSISTÊNCIA E
INTEGRIDADE**
ambiental do MDL

O MAIOR MERCADO DE CARBONO DO MUNDO, O *EUROPEAN UNION EMISSIONS TRADING SCHEME* (EU ETS), DESDE 2012, RESTRINGIU O USO DE RCES EMITIDAS POR PROJETOS BRASILEIROS, CHINESES E INDIANOS. PROJETOS DE GÁS INDUSTRIAL E GRANDES USINAS HIDRELÉTRICAS TAMBÉM FORAM EXCLUÍDOS OU ESTÃO RESTRITOS POR MOTIVOS AMBIENTAIS.

Essas restrições são consistentes com recentes pesquisas independentes, encomendadas pela Comissão Europeia, as quais afirmam que o “MDL tem falhas fundamentais em termos de integridade ambiental geral”^{xviii}. O estudo, conduzido pelo Instituto de Ecologia Aplicada juntamente com o Instituto Ambiental de Estocolmo e o INFRAS, analisou 5.655 projetos dentre os principais setores, com potencial de oferta de 4.829 MtCO₂e de RCES, entre 2013 e 2020. Concluiu que é improvável que 85% desses projetos e 73% da oferta potencial de RCES no período sejam, de fato, adicionais. Em outras palavras, é muito provável que os projetos aconteceriam da mesma forma, ainda que na ausência dos créditos de carbono. Igualmente provável é que as reduções anunciadas tenham sido contabilizadas em excesso. Apenas 2% dos projetos analisados e 7% das potenciais RCES têm grande probabilidade de serem adicionais e não estarem contabilizadas em excesso.

O estudo também examinou a probabilidade de diferentes categorias de projetos gerarem reduções de emissões reais, adicionais e mensuráveis. Os projetos hidrelétricos - principal categoria individual em geração de RCES e segunda em quantidade de projetos no Brasil - no conjunto, mostraram-se incapazes de representar reduções de

emissões reais, adicionais e mensuráveis. Como indicam os documentos americanos de valores mobiliários da Eletrobras, as decisões para construir usinas hidrelétricas não dependem da disponibilidade dos créditos de carbono, ou seja, muitas reduções de emissões atribuídas a elas teriam ocorrido de qualquer forma.

As grandes hidrelétricas da Amazônia, que se destacam no portfólio brasileiro de MDL, foram todas financiadas

©PAC - Programa de Aceleração do Crescimento



com recursos públicos, e a maioria teve bilhões de dólares em custos excedentes. Financiar e construir esses projetos foram decisões políticas – não econômicas nem técnicas –, e independentes das premissas do MDL. Os resultados do estudo da Comissão Europeia fazem coro a muitos outros estudos e análises de políticas^{xix} que questionam a adicionalidade do MDL e suas contribuições ao desenvolvimento sustentável de forma geral. À luz desses resultados, as chamadas para reformular o MDL ou encerrar essas compensações da forma como estão atualmente configuradas após 2020 são bastante compreensíveis.

Outro problema grave do ponto de vista ambiental é que, pelas regras do MDL, as usinas não são obrigadas a contabilizar as emissões de metano (CH₄) de seus reservatórios e áreas alagadas, o que omite emissões significativas de GEE. Esse é um problema bem conhecido das usinas hidrelétricas em países tropicais. Outro importante impacto desconsiderado por esses projetos é o aumento no desmatamento gerado no entorno das usinas, associado ao surgimento de novas vilas e cidades, criadas para assentar os operários que migram para essas regiões durante a construção das usinas e acabam se estabelecendo nos arredores desses empreendimentos.

A INVESTIGAÇÃO INDICA QUE AS DECISÕES PARA CONSTRUIR USINAS HIDRELÉTRICAS NÃO DEPENDEM DA DISPONIBILIDADE DOS CRÉDITOS DE CARBONO, OU SEJA, MUITAS REDUÇÕES DE EMISSÕES ATRIBUÍDAS A ELAS TERIAM OCORRIDO DE QUALQUER FORMA E NÃO DOEM SER UTILIZADAS PARA OFFSETS.





5

**O PORTFOLIO DE
MDL NO BRASIL:**
risco ambiental e legal

O PORTFOLIO DE MDL NO BRASIL INCLUI PROJETOS COM SÉRIOS RISCOS DE INTEGRIDADE AMBIENTAL, ALÉM DE SÉRIAS QUESTÕES LEGAIS E ÉTICAS EM DETERMINADOS PROJETOS. O SETOR COM MAIOR VOLUME DE RCEs EM PROJETOS DO MDL, PROJETADAS PARA SEREM GERADAS ENTRE 2020 E 2030 É O DE ENERGIA HIDRELÉTRICA. EM TESE, SOMENTE AS USINAS DE SANTO ANTONIO E JIRAU (EM RONDÔNIA) E TELES PIRES (EM MATO GROSSO) PODERIAM GERAR CERCA DE 20% DO TOTAL DE CRÉDITOS DE CARBONO DO MDL ESPERADOS PELO BRASIL ENTRE 2020 E 2030 (FIGURA 2).

Mais da metade desses créditos (66% em 2020 e 53% em 2030) seriam gerados por apenas três projetos hidrelétricos na Amazônia: as grandes usinas de Teles Pires, no Mato Grosso, e Santo Antônio e Jirau, em Rondônia. A maior parte das RCEs produzidas ou esperadas dos projetos hidrelétricos pertence à companhia estatal de energia elétrica, Eletrobras, suas subsidiárias e às agências governamentais brasileiras.

Essas três grandes usinas, já registradas no MDL com potencial de gerar 85 milhões de RCEs até 2020 e 167 milhões de RCEs até 2030, começaram a gerar RCEs apenas em 2014, dois anos após o colapso do mercado de RCEs pela falta de demanda. É interessante notar que a Eletrobras solicitou o registro de um pacote de novos projetos hidrelétricos em 2016, ainda que eles não tivessem valor de mercado. Isso indica que a empresa espera que seus projetos estejam aptos a migrar do MDL para o CORSIA ou para os mecanismos do Artigo 6 de Paris, obtendo um financiamento adicional para suas atividades.

Os principais mercados excluíram, no total ou na maior parte, os projetos de MDL. A União Europeia não aceita projetos de MDL do Brasil e tampouco o sistema de redução de emissões da Califórnia o fará. Exceto por algum tipo de sobrevida para as RCEs do MDL ou das hidrelétricas – seja no ICAO ou no Acordo de Paris –, a Eletrobras e

outros proprietários desses projetos e seus créditos de carbono estarão impossibilitados de monetizar centenas de milhões de dólares em RCEs. A notória usina de Belo Monte – com uma capacidade instalada de 11.233 megawatts (MW) e o título de terceira maior planta hidrelétrica do mundo -- atualmente não é um projeto MDL, mas estaria apta a ser, sob as regras desse mecanismo. Se estivesse registrada, dobraria a quantidade de RCEs geradas pelas usinas da Amazônia.

A lógica para a geração de créditos de carbono do MDL em grandes usinas hidrelétricas, apresentada pela Eletrobras em documentos enviados à ONU, é que as elas não teriam sido construídas sem os recursos financeiros do MDL. Dessa forma, quando viabilizadas, geram reduções de emissões adicionais. No entanto, Teles Pires, Santo Antônio e Jirau – como muitas outras hidrelétricas registradas no MDL – foram construídas e, de fato, estão operando sem os recursos financeiros do carbono, visto que as RCEs que geraram não têm valor de mercado. Chamar essas RCEs de adicionais demonstra uma falha evidente nas regras do MDL. Tais regras também presumem que as hidrelétricas tropicais, acima de uma densidade especificada de potência (proporção da capacidade instalada em relação ao tamanho do reservatório), são livres de emissões – mas pesquisas empíricas demonstram claramente o contrário. Por essas razões, o EU ETS recusa-se a aceitar RCEs de grandes usinas

hidrelétricas, a não ser em circunstâncias especiais. RCEs de grandes hidrelétricas, incluindo as três hidrelétricas brasileiras registradas no MDL, são “ar quente” – reduções falsas que, se transacionadas, causariam um aumento (e não uma redução) nas emissões globais.

Os riscos associados às usinas de Santo Antônio, Jirau e Teles Pires – bem como a potencial candidata ao MDL, Belo Monte – no entanto, vão muito além das questões de integridade ambiental dos créditos de carbono gerados. Ambientalistas, movimentos sociais, comunidades locais indígenas e ribeirinhas afetadas por essas construções, bem como governos locais, têm repetidamente protestado contra tais projetos e seus impactos socioambientais. Essas três usinas também foram, repetidamente, levadas à justiça por procuradores federais e estaduais, em função de motivos como:

1. avaliações inadequadas dos impactos ambientais;
2. falhas na consulta às comunidades locais (descumprindo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT);
3. liberação de licenças que desconsideram relatórios técnicos de Ibama e Funai e ignoram medidas

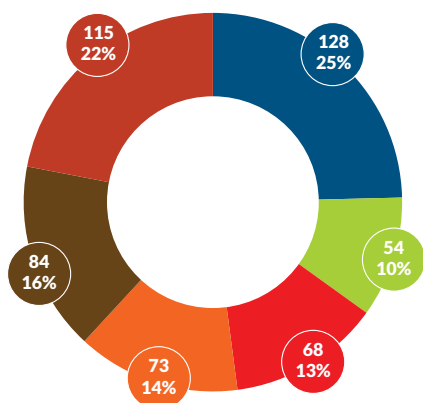
apropriadas de mitigação e compensação, apontadas como condicionantes para liberação das licenças e;

4. processos de monitoramento de impactos insuficientes e tendenciosos, realizados pelos próprios empreendedores, mascarando questões de conflito de interesse, diante do precário acompanhamento por parte de Ibama, Funai e outros órgãos públicos. Esses fatores levam ao total fracasso o argumento de que as hidrelétricas cumprem ou implementam medidas de mitigação de impactos ambientais e sociais impostos como condicionantes às suas licenças de construção e operação.

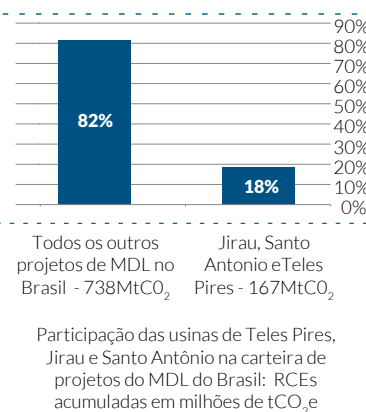
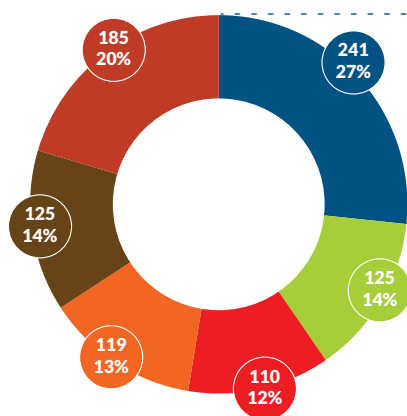
O Apêndice 1 faz referência a dezenas de ações legais e protestos contra as hidrelétricas. Muitas das ações legais ainda estão em andamento. Dentre elas, há as que buscam revogar as licenças de operação das hidrelétricas – o que, por sua vez, revogaria sua habilidade de gerar créditos de carbono. Créditos de carbono oriundos desses projetos vêm, portanto, acompanhados de uma carga pesada de risco reputacional e legal para qualquer comprador e não respondem ao mandato do MDL de apoiar o desenvolvimento sustentável.

FIGURA 2 – RCEs esperadas acumuladas do Brasil (milhões tCO₂e) até 2020 (acima) e 2030 (abaixo), por setor.

2020: Expectativa de reduções de emissões certificadas (RCEs) - Milhões de tCO₂e



2030: Expectativa de reduções de emissões certificadas (RCEs) - Milhões de tCO₂e



● Outros projetos ● Hidrelétricas ● Ácido adípico (N₂O) ● Eólicas ● Aterros sanitários - queima ● Aterros sanitários - energia



CRÉDITOS DE CARNONO

para corrupção?

“O QUE ACONTECE NA PETROBRAS ACONTECE EM TODO LUGAR DO BRASIL. NAS RODOVIAS, FERROVIAS, PORTOS, AEROPORTOS, USINAS HIDRELÉTRICAS. ISSO ACONTECE EM TODO LUGAR. VOCÊ SÓ PRECISA PROCURAR...”

Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobrás, condenado por lavagem de dinheiro e corrupção, na Operação Lava a Jato

Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras e condenado por corrupção, fez a famosa afirmação durante inquérito no Congresso Nacional em 2014: “O que acontece na Petrobras acontece em todo lugar do Brasil. Nas estradas, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas. Isso acontece em todo lugar. Você só precisa procurar...” . Costa, seguido de uma série de outras testemunhas, também revelou à polícia federal e aos procuradores nas investigações da Operação Lava Jato que altos executivos da Eletrobras e suas subsidiárias – proprietárias e operadoras das usinas Santo Antônio, Jirau e Teles Pires – aceitaram licitações fraudulentas para a construção e outros contratos de serviço, em troca de propinas e subornos para executivos e partidos políticos no poder.

A Operação Lava Jato já prendeu e condenou mais de cem políticos de altos níveis e executivos corporativos por suborno e propina generalizados, em contratos de serviços públicos – incluindo diversos funcionários das mesmas construtoras que realizaram as usinas da Amazônia para a Eletrobras. A estatal de energia e seus projetos hidrelétricos na Amazônia foram repetidamente citados em acordos de delação na investigação. Quando o envolvimento da empresa em esquemas de propina e suborno veio à tona, o preço de suas ações despencou. Em consequência, os investidores de Ações Depositárias Americanas (ADS) da Eletrobras nos Estados Unidos

iniciaram um processo contra a empresa na Corte Federal, em Nova Iorque, por terem transgredido as práticas de negócios e governança corporativa e ocultado seu envolvimento em “subornos massivos e esquemas de corrupção, que alcançam os níveis mais altos da empresa, bem como o governo brasileiro.”

Os grandes custos excedentes desses projetos são uma indicação da escala de corrupção envolvida. A usina de Jirau recebeu um financiamento do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de R\$ 7,22 bilhões em 2009, mas em 2015 os custos projetados aumentaram para de R\$ 19,4 bilhões. Santo Antônio, orçada em 2010 em R\$ 13,975 bilhões, em 2014 tinha custos estimados de R\$ 20,587 bilhões – muito do aumento ocorreu apenas poucos meses antes de a usina começar a operar. Os autores da ação legal de Nova Iorque alegaram que, diferentemente do demonstrado pela Eletrobras aos investidores, esses excedentes foram utilizados para financiar subornos e propinas. Pareceres e ordens judiciais preliminares indicam que esses investidores declararam, devidamente, indicações de fraude e que “a companhia admitiu que havia debilidades materiais na concepção dos seus controles internos relacionados aos relatórios financeiros” . Os pareceres iniciais analisam os resultados de uma investigação interna da Eletrobras, a qual descobriu que “para alguns dos projetos de geração de energia da Eletrobras, houve

superfaturamento relacionado a propinas e licitações fraudulentas (um tipo de fraude na qual um contrato comercial é prometido/garantido a uma parte, ainda que, publicamente, apresente-se como concorrência aberta), atividades consideradas de natureza ilícita em alguns contratos, desde 2008”. A ordem judicial também notou que “[a] Investigação Independente descobriu subornos utilizados para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, funcionários eleitos ou outros funcionários públicos, equipes de contratantes individuais, ex-equipes de subsidiárias ou SPEs da Eletrobras, bem como outras pessoas envolvidas nas licitações fraudulentas”.

Os investidores que abriram o processo buscavam compensação pelas perdas advindas do custo de superfaturamento e subsequente queda de valor das ações da empresa. A pendência desse processo joga uma sombra legal sobre as ações da Eletrobras, pondo em dúvida a permanência dos RCEs lastreados por esses projetos. Afinal, tais ativos podem ser tomados e usados para compensar os investidores queixosos, caso suas acusações de fraude e danos se sustentem. O fato de o BNDES ter rapidamente aceitado financiar os superfaturamentos é outro indício do caráter político da decisão de construir essas hidrelétricas foi fundamentalmente política e não econômica ou técnica.

Em 2016, a KLP, um dos maiores fundos de investimentos do mundo, que faz a gestão de mais de 36 bilhões de dólares de fundos de pensão da Noruega, decidiu excluir de sua carteira todos os investimentos relacionados à Eletrobras, citando “risco inaceitável de corrupção massiva”. De acordo com os relatórios financeiros da empresa para as autoridades dos Estados Unidos, “os contratos da Eletrobras com fornecedores têm sido superfaturados durante um período de pelo menos sete anos, gerando excedentes financeiros para pagar líderes políticos, partidos e executivos das empresas envolvidas.”

As usinas hidrelétricas da Amazônia, registradas como projetos MDL, estão hoje sob investigação da Operação Lava-Jato e são objeto de ação legal em Nova Iorque. Esse fato, em si, demonstra a ineficiência das metodologias MDL e sua inabilidade em controlar não apenas a integridade ambiental, mas também a legalidade dos

projetos. Permitir que as RCEs assim geradas entrem nos mercados de carbono significa exacerbar, em vez de mitigar, as mudanças climáticas, manchar os mercados que as aceitem e, potencialmente, expor os compradores a responsabilidades legais. Ainda que as usinas hidrelétricas da Amazônia sejam apenas três, dentre os 300 projetos MDL registrados no Brasil, elas representam parte significativa do MDL brasileiro.

As implicações desses projetos para os riscos reputacionais associados ao MDL são ainda maiores. O modelo de propinas e subornos permeia o governo e o setor privado no desenvolvimento de infraestrutura em todas as áreas, bem como no financiamento de campanhas políticas. Que esses projetos gerem RCEs – e até mesmo que a internacionalmente notória usina de Belo Monte possa fazê-lo, pelas regras do MDL – evidencia a ausência de qualquer objetivo ou critério nesse mecanismo, seja sobre o que qualifica como desenvolvimento sustentável, seja sobre seus flexíveis critérios de adicionalidade. A evidente falta de governança e de capacidade de monitoramento e padronização no MDL não tranquiliza os mercados e investidores com a percepção de que essas ocorrências constituem exceção à regra. Em vez disso, tornam claro que adotar projetos ou metodologias MDL existentes coloca a integridade ambiental, a credibilidade e a efetividade do CORSIA e/ou do Acordo de Paris em risco.

EM 2016, A KLP, UM DOS MAIORES FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO MUNDO, QUE FAZ A GESTÃO DE MAIS DE 36 BILHÕES DE DÓLARES DE FUNDOS DE PENSÃO DA NORUEGA, DECIDIU EXCLUIR DE SUA CARTEIRA TODOS OS INVESTIMENTOS RELACIONADOS À ELETROBRAS, CITANDO “RISCO INACEITÁVEL DE CORRUPÇÃO MASSIVA”



A POSIÇÃO DO BRASIL

contra REDD+ e mercados

O BRASIL TEM UM ENORME E JÁ COMPROVADO POTENCIAL DE ATRAIR FINANCIAMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA A CONSERVAÇÃO E O MANEJO SUSTENTÁVEL DE SUAS FLORESTAS POR MEIO DE REDD+. AS REDUÇÕES DO DESMATAMENTO NA REGIÃO AMAZÔNICA ENTRE 2006 E 2015 EVITARAM A EMISSÃO DE MAIS DE 4 BILHÕES DE TCO₂E, COLOCANDO O PAÍS COMO LÍDER GLOBAL EM REDUÇÃO DE EMISSÕES. UM SISTEMA EFETIVO DE REDD+ RECOMPENSARIA PARCIALMENTE O BRASIL POR ESSA CONTRIBUIÇÃO.

Para fins de comparação, os projetos de MDL brasileiros geram reduções de emissões significativamente menores. Considerando todos os escopos e categorias de projetos, foi emitido até agora um volume total de RCEs de pouco mais de 130 milhões de tCO₂.

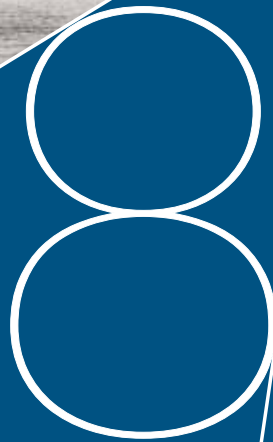
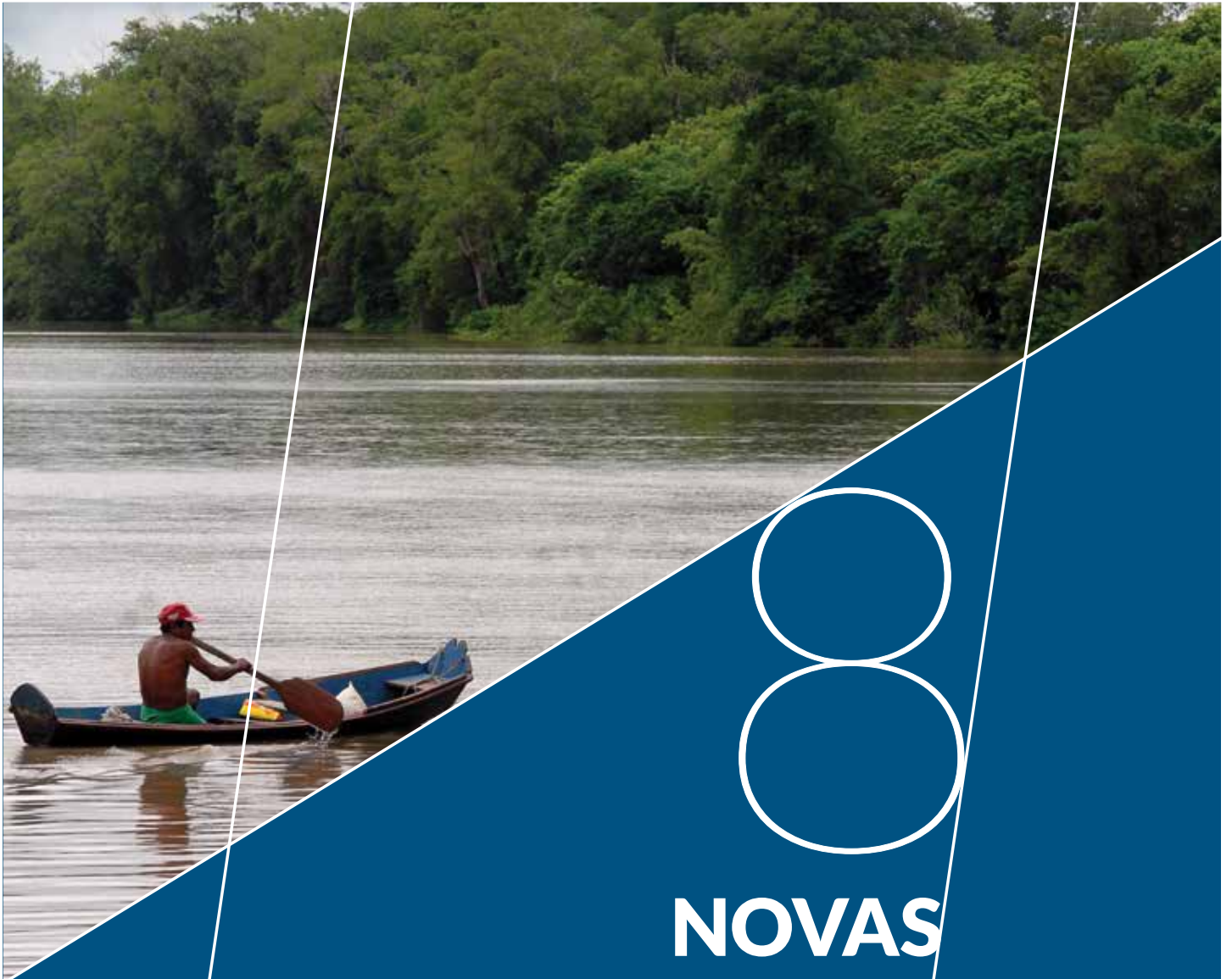
No entanto, até hoje, o financiamento de REDD+ no Brasil tem sido praticamente limitado ao escopo do Fundo Amazônia: doadores internacionais, principalmente o governo da Noruega, contribuíram com aproximadamente US\$ 2,4 bilhões ao Fundo. Esse volume representa apenas 6% do potencial que, em teoria, poderia ser obtido pelos resultados alcançados com a redução do desmatamento na Amazônia, entre 2006 e 2015.

Olhando adiante, é essencial que o Brasil assegure recursos financeiros para garantir a proteção florestal. As Contribuições Nacionalmente Determinadas do Acordo de Paris (NDCs) de muitos países florestais tropicais estão fortemente baseadas na redução do desmatamento e na garantia de uso sustentável da terra. No caso brasileiro, por exemplo, espera-se que 89% das suas reduções de emissões da NDC venham da redução do desmatamento.

No entanto, de forma extremamente contraditória, enquanto os orçamentos governamentais destinados à proteção ambiental têm sido severamente reduzidos, o governo federal mantém sua posição histórica internacional contra mecanismos de mercados para REDD+. O que, basicamente, deve-se a dois fatores não declarados publicamente:

- A redução do desmatamento na Amazônia permite que outros setores – energia, transportes e agricultura, por exemplo – continuem aumentando suas emissões sem comprometer a NDC (ou seja, a Amazônia é o passe livre para que outros setores continuem poluindo).
- Desenvolvedores de projetos MDL, donos das RCEs e os negociadores brasileiros (envolvidos historicamente com esses projetos) querem reservar todas as oportunidades de mercado para o MDL, na expectativa de monetizar as RCEs atualmente sem valor e evitar a competição com o REDD+.





NOVAS POSSIBILIDADES

para os mercados de
carbono pós-Quoto

O MDL PARECE NÃO TER ASSIMILADO AS ANÁLISES MAIS RECENTES E AS POLÍTICAS PARA COLABORAÇÃO INTERNACIONAL NA MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS DO CLIMA – ALGUMAS DAS QUAIS, DESENVOLVIDAS PARA PERMITIR PAGAMENTOS POR PERFORMANCE NA REDUÇÃO DO DESMATAMENTO, FICARAM DE FORA DESSE MECANISMO, BASEADO INTEIRAMENTE EM PROJETOS INDIVIDUAIS, OPERADOS POR DESENVOLVEDORES OU EMPRESAS, QUE SÃO TAMBÉM DONAS DESSES PROJETOS. AS ABORDAGENS JURISDICIONAIS, QUE PERMITEM CREDITAR AS REDUÇÕES DE EMISSÕES A TODO UM SETOR, ESTADO, PROVÍNCIA OU PAÍS, FORNECEM INCENTIVOS PARA AÇÕES GOVERNAMENTAIS E TAMBÉM DO SETOR PRIVADO, ACIONANDO MÚLTIPLAS ALAVANCAS DE MUDANÇA PARA REDUZIR EMISSÕES E FOMENTAR A TRANSIÇÃO DAS ECONOMIAS EM UMA ESCALA MAIS AMPLA.

Governos – diferentemente de desenvolvedores de projetos - podem formular e implementar políticas e aplicar suas leis. As jurisdições permitem projetos integrados sob um sistema MRV (monitoração, relatoria e verificação), que evite dupla contagem das reduções de emissões e coordene os esforços de mitigação entre projetos e programas nos níveis nacional e subnacional. Uma abordagem jurisdicional garante que os pagamentos por performance (tanto de fontes privadas quanto públicas) possam fluir por meio do poder público e de stakeholders privados, sendo contabilizados e regulados por governos nacionais e subnacionais capazes de determinar a melhor forma de alocá-los para alcançar as reduções de emissões.

A integridade ambiental das reduções de emissões – e sua contribuição mais duradoura para a redução das emissões globais – aumenta com a escala da contabilidade. Existem diversas razões pelas quais as abordagens jurisdicionais, tais como as que o Brasil e os estados amazônicos adotaram para o desmatamento e REDD+, têm potencial de produzir resultados ambientalmente mais robustos do que projetos isolados. No caso específico do carbono florestal, a incerteza na mensuração é muito menor nas

escalas nacional ou jurisdicional, em comparação à escala de projetos locais.

Questões de adicionalidade, vazamentos e permanência, que são preocupações recorrentes no MDL e em outras metodologias de projeto, são resolvidas na abordagem jurisdicional em um nível mais alto. As exitosas reduções de larga escala do desmatamento no Brasil e nos estados amazônicos são um exemplo disso. O Brasil lançou o Plano Nacional de Prevenção e Controle do Desmatamento em 2003. Em 2008, ao negociar o Fundo Amazônia com a Noruega, adotou uma linha de base para o desmatamento, que consiste na média anual entre 1996 – 2005 (veja figura 1, a linha vermelha pontilhada) e se comprometeu, a partir daí, a reduzir o desmatamento abaixo desse nível. A linha de base deve ser ajustada para baixo a cada cinco anos, com a meta final de reduzir o desmatamento em 80% abaixo da média até 2020, ou abaixo de 4.000 km².

A Noruega concordou em pagar ao Brasil US\$ 1 bilhão, caso as metas fossem atingidas. Entre 2005 e 2016, o Brasil reduziu o desmatamento em 99.619 km² abaixo da média histórica (em verde, Figura 1), reduzindo assim

as emissões em 3,65 GtCO₂. A produção de soja (linha roxa) e a pecuária (linha vermelha) também aumentaram substancialmente ao longo desse período, o que indica reduções de emissões reais e permanentes, nos termos já utilizados pela União Europeia e pela Califórnia.

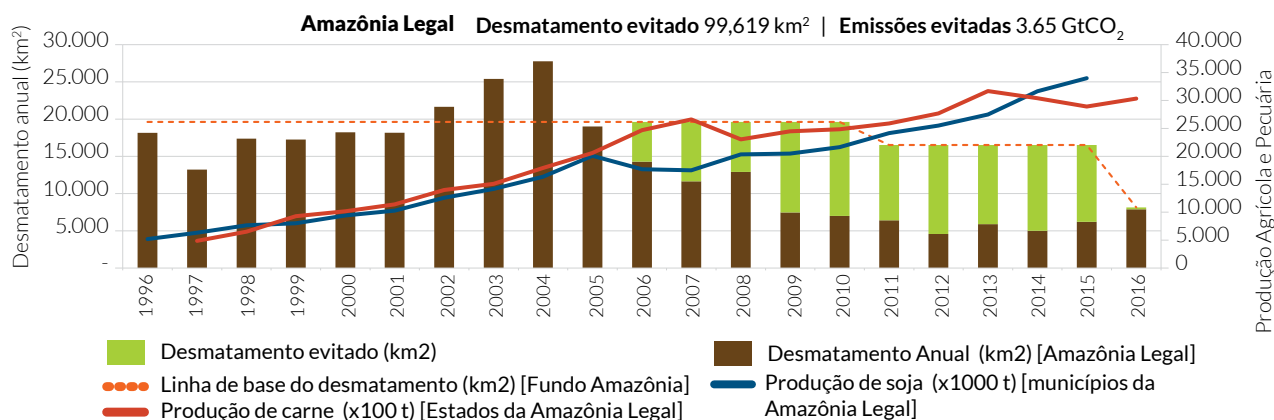
Ainda que o desmatamento tenha aumentado em 2015 e 2016 com a crise política e o orçamento reduzido para aplicação da legislação, o Brasil permanece como líder mundial na redução de emissões. Se irá atingir sua meta de 2020 (e as demais metas estabelecidas em sua NDC, no contexto do Acordo de Paris) dependerá, de maneira significativa, do acesso a financiamentos necessários aos incentivos positivos para redução do desmatamento e restauração de áreas degradadas. A Política Nacional de Mudanças Climáticas, de 2010, dentre outras leis e políticas, demanda esses incentivos, mas eles nunca foram colocados em prática. No entanto, de forma geral, as conquistas do Brasil entre 2005 – 2016 demonstram que reduções no desmatamento em larga escala e em jurisdições inteiras, são completamente viáveis.

Abordagens jurisdicionais para reduções de emissões diferem significativamente da abordagem de projetos individuais – ainda que possam ser complementares. Em projetos individuais, frequentemente ocorrem problemas

com informações discrepantes entre atores reguladores e privados. Os atores privados costumam ter mais informações sobre projetos específicos do que os reguladores, o que traz o risco de que atores privados omitam informações importantes sobre a falta de adicionalidade dos projetos. Um analista destaca que “como o investidor e o desenvolvedor do projeto podem ‘dividir a conta’ das reduções de emissões (superfaturadas), ambas as partes têm a oportunidade e o incentivo para serem coniventes com o cálculo exagerado dos offsets de carbono”.

Sem contabilidade e monitoramento nos níveis nacional e jurisdicional, os projetos individuais também têm alto risco de vazamentos, quando o aumento das emissões fora dos limites do projeto anula os benefícios das reduções geradas por ele. Essas ameaças são contempladas, ou bastante diminuídas, quando todos os atores e agentes de redução de emissões estão integrados em uma contabilidade estadual. Além disso, as preocupações com riscos de reversões (por incêndios florestais ou vazamentos de metano, por exemplo) podem ser abordadas ao agrupar riscos em uma área maior, bem como ao incluir taxas antecipadas de risco na linha de base. Como a conquista brasileira na redução do desmatamento na Amazônia demonstra, as abordagens jurisdicionais podem oferecer reduções de maior escala e maior integridade ambiental do que os projetos individuais.

FIGURE 1. Desmatamento anual, produção de soja e pecuária no Brasil entre 1996 - 2016



Fonte: Stabile, M. 2017. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil – INPE/PRODES; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE PPM e PAM; Fundo Amazônia) Nota: as reduções de emissões apresentadas no gráfico foram calculadas utilizando a linha de base do Fundo Amazônia, que apresenta uma metodologia diferente de cálculo (em relação à linha de base oficial da NDC) das reduções de emissões entre 2006 e 2016

CONCLUSÕES

Diversas lições surgem da recente pesquisa sobre o MDL e a experiência brasileira. Primeiro, as metodologias e procedimentos de verificação do MDL geraram importantes aprendizados, mas que, usados de forma isolada, atualmente são insuficientes para produzir reduções de emissões reais, verificáveis e mensuráveis. Segundo, permitir que as autoridades dos países hospedeiros definam sustentabilidade de acordo com quaisquer critérios que lhes agrade permite a inclusão de projetos com custos ambientais e sociais bastante significativos, que recaem sobre as comunidades locais afetadas por eles. Terceiro, a falta de governança e de critérios e capacidade de monitoramento do MDL implica sérios riscos reputacionais para os mercados emergentes de carbono e potenciais compradores, expostos a responsabilidades legais ao aceitarem esses créditos. É essencial garantir que os mecanismos do CORSIA e do Acordo de Paris adotem abordagens transparentes, que garantam reduções de emissões reais, mensuráveis e verificáveis, com sólidas salvaguardas sociais e ambientais, bem como assegurar sua própria credibilidade e a reputação de seus investidores.

Abordagens jurisdicionais robustas e bem desenhadas para reduzir o desmatamento e a degradação florestal através de REDD+ gerariam uma importante contribuição em todos os aspectos. As reduções brasileiras no desmatamento da Amazônia são efetivamente reais, pois se situam abaixo dos níveis históricos e não dizem respeito a estimativas projetadas de um cenário business-as-usual.

Elas também apresentam resultados em escala suficiente para evitar o problema da seleção adversa que os projetos encontram; são mensuráveis, pois o desmatamento é rastreado por diversas ferramentas de sensoriamento remoto e a densidade de carbono já foi mapeada por trabalhos de campo e sensoriamento remoto; e são verificáveis, pois os dados oficiais de sensoriamento remoto estão publicamente disponíveis na web.

Reduzir o desmatamento em larga escala e, ao mesmo tempo, aumentar os rendimentos e a produção agropecuária, como o Brasil fez (figura 1) são uma importante contribuição à sustentabilidade. O reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e a criação de áreas protegidas (que hoje cobrem cerca de 40% da Amazônia) constituem pilares da governança florestal. Enquanto os direitos indígenas e a proteção florestal estão cada vez mais ameaçados na atual crise política brasileira, a atenção da mídia, a opinião pública e os movimentos sociais têm retardado as piores ameaças até o momento, deixando os mecanismos legais e de governança florestal intactos, mesmo que enfraquecidos. Além disso, a implementação de políticas e programas para redução do desmatamento em larga escala não apresentaram nenhum sinal da corrupção e propina que permeiam o setor de energia elétrica e infraestrutura no Brasil. Reduzir o desmatamento e a degradação florestal em escala jurisdicional representa uma proposição de muito menos risco para os emergentes mecanismos de mercado de emissões e seus investidores do que o MDL.

NOTAS

- i <http://www.santoantonioenergia.com.br/empresa/acionistas/>
- ii. <http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/empresa>
- iii. http://www.uhetelespires.com.br/site/?page_id=27#body
- iv. <http://cdm.unfccc.int/Projects/projsearch.html> ; Santo Antonio PDD, 23 https://cdm.unfccc.int/filestorage/E/9/C/E9CIR7WM1SUB4X5QPVHA6KG0ZJLTFO/Santo%20Antonio_PDD_20022012.pdf?t=bWt8b3htNmhkfDCPN0HfPMkaOcYk5pXoe4Ec ; Teles Pires PDD, p. 21 https://cdm.unfccc.int/filestorage/G/Y/E/GYE0D3RQV8K9I4S1WCO2JTFHANLU7M/Teles_Pires_PDD_24012012.pdf?t=b098b3htNm13fDDF8xWxiEW3jGqElpOUrwb3 ; Jirau PDD, p. 17 https://cdm.unfccc.int/filestorage/I/8/X/I8XVQJMHWL0YF9NC2A64UD7ZERPG5O/PDD_v3%201_clean.pdf?t=eUF8b3htNnBnfDA0636Q3LQpdMozB49kp3cT
- v. <https://cdm.unfccc.int/Registry/index.html>
- vi. <https://www.theguardian.com/world/2017/jun/01/brazil-operation-car-wash-is-this-the-biggest-corruption-scandal-in-history>
- vii. Inre Litigio de Valores Mobiliários Eletrobras. Caso no.: 15-cv-5754-JGK
- viii. <https://www.lexislegalnews.com/articles/16041/judge-investors-failed-to-plead-scienter-against-defendant-in-securities-suit>
- ix. Fearnside, Phillip, 2015. Tropical hydropower in the clean development mechanism: Brazil's Santo Antônio Dam as an example of the need for change. *Climatic Change*. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-015-1393-3>
- x. <http://www.edf.org/sites/default/files/clean-development-mechanism-rules-procedure.pdf>
- xi. <https://cdm.unfccc.int/>
- xii. "EU Market: EUAs creep back to €7 on higher power, as CERs plumb new low," *Carbon Pulse*, 3 de outubro 2017 http://carbon-pulse.com/41147/?utm_source=CP+Daily&utm_campaign=c531560564-CPdaily03102017&utm_medium=email&utm_term=0_a9d8834f72-c531560564-33478277
- xiii. Key Design Elements of the Global Market-based measures for international civil aviation: Brazil's position", A39-WP/233 EX/92 (16 August 2016), texto disponível em https://www.icao.int/Meetings/a39/Documents/WP/wp_233_en.pdf, em que o Brasil argumenta que "Estados...devem decidir que unidades de reduções de emissões geradas sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto e o mecanismo estabelecido sob o Parágrafo 4, Artigo 6 do Acordo de Paris não serão sujeitos a monitoramento, relatoria e verificação (MRV) adicional pela CAEP/ICAO, ou seja, são automaticamente elegíveis para responder aos requerimentos GMBM". Veja: "Views of Brazil on the Process related to the Rules, Modalities and Procedures for the Mechanism Established by Article 6, Paragraph 4 of the Paris Agreement," disponível em http://www4.unfccc.int/Submissions/Lists/OSPSubmissionUpload/73_345_131520606207054109-BRAZIL%20-%20Article%206.4%20FINAL.pdf
- xiv. http://www.icao.int/Meetings/a39/Documents/WP/wp_233_en.pdf
- xv. http://www.icao.int/Meetings/RS2017/Documents/CORSIA_Seminar_1.%20Introduction_ver04.pdf (page 10)

- xvi. https://www.icao.int/Meetings/a38/Documents/WP/wp026_en.pdf
- xvii. Resolução A39-3 estabelecendo CORSIA, art. 20 c e 21; http://www.icao.int/Meetings/a39/Documents/Resolutions/a39_res_prov_en.pdf
- xviii. Cames et al., 2016, “How additional is the Clean Development Mechanism?” Disponível em: https://ec.europa.eu/clima/sites/clima/files/ets/docs/clean_dev_mechanism_en.pdf
- xix. Olsen, K. 2007. Climatic Change. The clean development mechanism’s contribution to sustainable development: a review of the literature. <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10584-007-9267-y?LI=true> ; Zhang, J and C. Wang, 2011. Journal of Environmental Economics and Management. Co-benefits and additionality of the clean development mechanism: An empirical analysis. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0095069611000301> ; <http://carbonmarketwatch.org/policy-brief-good-bye-kyoto-transitioning-away-from-offsetting-after-2020/>
- xx. UNEP DTU CDM/JI pipeline e base de dados. <http://www.cdmpipeline.org>.
- xxi. Ibidem.
- xxii. UNEP DTU CDM/JI pipeline e base de dados. Op. cit.
- xxiii. UNEP DTU CDM/JI pipeline e base de dados. Op. cit.
- xxiv. J. Smith, “Hundreds of new Amazon dams an “ecological experiment” on global scale” (Mongabay, 27 agosto 2015), <https://news.mongabay.com/2015/08/hundreds-of-new-amazon-dams-an-ecological-experiment-on-global-scale/>
- xxv. Fearnside, P.M. 2002. Avanço Brasil: Environmental and social consequences of Brazil’s planned infrastructure in Amazonia. *Environmental Management* 30(6): 748-763; Fearnside, Phillip, 2015. Tropical hydropower in the clean development mechanism: Brazil’s Santo Antônio Dam as an example of the need for change. *Climatic Change*. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-015-1393-3>; <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2Fs11027-012-9382-6.pdf>; <https://link.springer.com/article/10.1023%2FB%3ACLIM.0000043158.52222.ee?LI=true>; <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1029/1998GB900015/full>
- xxvi. https://docs.google.com/spreadsheets/d/1I32FuSrgt5C0g-PDNWzYxn_8QGoG-psSWAPc0R06BVo/edit?usp=sharing
- xxvii. Declaração ao Comitê de Investigação Parlamentar (2014), <http://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2014/12/1556888-corruption-is-widespread-across-the-country-says-petrobras-former-director.shtml>; veja também <http://www12.senado.leg.br/internacional/en/2014/paulo-roberto-costa-confirms-accusation-to-dozens-of-politicians>
- xxviii. Op. Cit. 1
- xxix. In re Litigio de Valores Mobiliários Eletrobras. Caso no.: 15-cv-5754-JGK
- xxx. In re Litigio de Valores Mobiliários Eletrobrss, Corte distrital dos EUA para o Distrito de Nova Iorque (15-cv-5754), Opinião e Ordem Negando Moção para Remover (Case 1:15-cv-05754-JGK Documento 67 Filed 03/27/17, disponível em <https://www.dandodiyary.com/wp-content/uploads/sites/265/2017/03/eletrobras-order.pdf>
- xxxi. Ibid.
- xxxii. Veja Apêndice consolidado da petição, In re Litigio de Valores Mobiliários Eletrobras, disponível em: http://globalinvestigationsreview.com/digital_assets/ed689b46-549b-4bdb-9f17-98db616211bb/1733-2-in-re-Eletrobras-Securities-Litigation-consolidated-complaint.pdf
- xxxiii. <http://english.klp.no/about-klp/press-room/nine-companies-out-one-back-in-1.35177>
- xxxiv. Info Hub Brasil: <http://redd.mma.gov.br/pt/fohub>

- xxxv. <https://cdm.unfccc.int/Registry/index.html>
- xxxvi. EDF, 2016: Cost-Effective Emissions Reductions beyond Brazil's International Target: Estimation and Valuation of Brazil's Potential Climate Asset. Pedro Piris-Cabezas, Ruben Lubowski, Steve Schwartzman, Alexander Golub and Nathaniel Keohane of the Environmental Defense Fund (EDF).
- xxxvii. Veja, por exemplo, a recente redução de 51% do orçamento do Ministério de Meio Ambiente -www.observatoriodoclima.eco.br/ministerio-do-meio-ambiente-perde-51-da-verba-apos-corte/
- xxxiii. Goetz, Scott J., Matthew Hansen, Richard A. Houghton, Wayne Walker, Nadine Laporte and Jonah Busch. 2015. "Measurement and monitoring needs, capabilities and potential for addressing reduced emissions from deforestation and forest degradation under REDD+." *Environmental Research Letters* 10: 1-24. Asner, Gregory P., David E. Knapp, Roberta E. Martin, Raul Tupayachi, Christopher B. Anderson, Joseph Mascaro, Felipe Sinca, K. Dana Chadwick, Mark Higgins, William Farfan, William Llactayo, and Miles R. Silman. 2014. "Targeted carbon conservation at national scales with high-resolution monitoring," *Procedimentos da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América* 11(47): 5016-5022.
- xxxix. M. Ohndorf, "Regulatory and Contractual Issues within the Clean Development Mechanism of the Kyoto Protocol: An Economic Analysis" (ETH Zurich Research Collection 2009), <https://www.research-collection.ethz.ch/bitstream/handle/20.500.11850/25689/eth-363-02.pdf?sequence=2&isAllowed=y>
- xl. Van Benthem, Arthur and Suzi Kerr. 2013. "Scale and transfers in international emissions offset programs." *Journal of Public Economics* 107: 31-46.
- xli. Galik, Christopher, Brian Murray, Stephen Mitchell, Phil Cottle. 2016. "Alternative Approaches for Addressing Non-Permanence in Carbon Projects: An Application to Afforestation and Reforestation under the Clean Development Mechanism." *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*. 21(1): 101-118.

APÊNDICE 1.

Ações legais e protestos contra as barragens da Amazônia, incluindo Santo Antônio, Jirau, Belo Monte e Teles Pires

FONTE	The Guardian - 12/02/13
LINK	https://www.theguardian.com/world/2013/feb/12/brazil-hydroelectric-jirau-dam
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa, jornal
NOTAS	<p>A represa e o complexo de Santo Antônio, que estão sendo construídos alguns quilômetros à jusante, irão fornecer apenas 5% do que os planejadores brasileiros de energia afirmam que o país precisará em 10 anos. Assim, o Brasil está construindo mais represas, gerando controvérsia ao alocá-las, em sua maioria, na maior e mais diversa floresta do mundo.</p> <p>No entanto, Jirau, Santo Antônio e outros projetos já geraram mais tensões do que eletricidade, levantando questões que vão desde seu impacto ambiental até questionamentos se as futuras gerações serão sobrecarregadas com esta dívida gigante.</p>
FONTE	International Rivers - 23/05/12
LINK	<p>https://www.internationalrivers.org/resources/comments-on-the-jirau-dam-brazil-7477</p> <p>PDF:https://www.internationalrivers.org/sites/default/files/attached-files/international_rivers_comments_jirau_pdd-final.pdf</p>
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Recurso online
NOTAS	<p>Estamos escrevendo para expressar nossas preocupações com a candidatura para validação do Projeto de Energia Hidrelétrica de Jirau, no Brasil. O Documento de Desenho do Projeto (PDD) para este projeto é cheio de falhas e inconsistências. Ainda, a validação deste projeto no MDL recompensaria não apenas um projeto claramente não-adicional, como também uma das barragens mais ambiental e socialmente destrutivas na Bacia Amazônica.</p>
FONTE	Hidro World - 12/03/14
LINK	http://www.hydroworld.com/articles/2014/03/santo-antonio-jirau-hydroelectric-plants-under-fire-as-madeira-river-floods.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Recurso online
NOTAS	<p>Alagamentos no estado brasileiro de Rondônia fizeram a corte federal do país ordenar novos estudos de impacto ambiental para os projetos hidrelétricos de Santo Antônio (3.568 MW) e Jirau (3.750 MW).</p> <p>Procuradores federais e estaduais também buscaram a suspensão das licenças dos projetos até que as empresas pudessem demonstrar que as barragens não são responsáveis pelos alagamentos. A justiça, no entanto, dispensou a proposta, mas está exigindo que os operadores forneçam comida, acomodação temporária e transporte para os que foram deslocados pelo Madeira.</p>

FONTE	Reuters - 18/05/16
LINK	http://www.reuters.com/article/us-brazil-dam-environment-idUSKCN0Y931Y
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	As barragens ao longo do Rio Madeira, no oeste do Brasil, já inundaram 36.100 hectares de floresta tropical, de acordo com imagens de satélite divulgadas na quarta-feira, afetando pessoas que vivem ao longo do rio e afetando as populações de peixes, das quais estas pessoas dependem.
FONTE	Globo - 31/08/2016
LINK	http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/08/mpf-pede-cancelamento-da-licenca-de-operacao-da-usina-jirau-em-ro.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	O Ministério Público Federal de Rondônia (MPF-RO) pediu, na Justiça Federal do estado, o cancelamento da licença de operação da usina hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho. Segundo o MPF, a Energia Sustentável do Brasil (ESBR) não está prestando auxílio para os pescadores da vila do Abunã e ribeirinhos relatam que os peixes do Rio Madeira estão sumindo. Ainda na denúncia, o procurador solicita que a Justiça obrigue o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a não renovar a licença de operação da usina e proíba repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao consórcio.
FONTE	Globo - 12/03/2016
LINK	http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/03/usina-de-jirau-tera-que-remover-moradores-de-distrito-para-outro-local.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	A usina hidrelétrica de Jirau deverá remover os moradores de Abunã para um novo local. O vilarejo, que pertence ao município de Porto Velho, ficou com lençol freático contaminado depois de ser atingido pela cheia histórica do Rio Madeira em 2014. De acordo com relatório da Agência Nacional de Água (ANA), a contaminação da água aconteceu por causa da cota de remanso da usina de Jirau. Desde a cheia de 2014, os moradores de Abunã estão sofrendo com várias doenças de pele, provavelmente causadas por causa (sic) da água. Conforme os moradores, as plantações agrícolas também foram prejudicadas com a cheia e hoje não produzem mais nada. Um frigorífico que havia começado a funcionar em 2014 fechou as portas depois da cheia histórica, desempregando mais de 200 pessoas.
FONTE	NPR - 13/02/13
LINK	http://www.npr.org/2013/02/13/171902544/hungry-for-energy-brazil-builds-monster-dams-in-the-amazon
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	Christian Poirier, que trabalha com o grupo Amazon Watch, diz que o governo deixa tais críticas de lado e busca crescimento econômico a qualquer custo Aqui em Jirau, os afetados pela barragem são pescadores e caçadores. Eles viviam uma vida simples no Rio Madeira – então a represa começou a ser construída.

FONTE	Globo - 17/03/11
LINK	http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/03/governo-envia-forca-nacional-para-conter-violencia-em-usina-de-jirau.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	Uma tropa da Força Nacional foi enviada para fortalecer a segurança nas obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho, na tarde desta quinta-feira (17). Trabalhadores locais estão realizando protestos desde terça-feira (15), quando queimaram cerca de 45 ônibus e 15 carros administrativos, além de destruir e danificar 30 instalações e 35 alojamentos.
FONTE	Notícias UOL - 14/03/12
LINK	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/03/14/operarios-da-hidreletrica-de-jirau-em-rondonia-voltam-a-cruzar-os-bracos-apos-um-ano.htm
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	Trabalhadores da Enesa Engenharia Ltda., contratada pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil para executar obras da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Porto Velho, estão paralisados desde a última sexta-feira (9).
FONTE	Valor Econômico - 03/04/13
LINK	http://www.valor.com.br/empresas/3071392/greve-paralisa-18-mil-trabalhadores-na-hidreletrica-de-jirau
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	Desde ontem, cerca de 18 mil trabalhadores da hidrelétrica de Jirau, em construção no rio Madeira, em Rondônia, estão parados. Há um ano, outra greve na obra teve tumultos, com uma morte e destruição de alojamentos.
FONTE	Rondôniaovivo - 27/04/15
LINK	http://rondoniaovivo.com/noticia/greve-trabalhadores-paralisam-servicos-na-uhe-jirau/129151
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	Cerca de cinco mil trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Jirau iniciaram nesta segunda-feira (27), um movimento grevista e paralisaram todos os tipos de serviços que estavam sendo executados no canteiro de obras. A greve foi deliberada, após as empresas contratadas pelo consórcio, sendo elas J. Malluceli e Enesa terem recusado uma proposta de reajuste salarial e reajuste na cesta básica dos trabalhadores, que foi feita através do sindicato da categoria.
FONTE	Globo - 16/12/16
LINK	http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/12/3-maior-hidreletrica-do-brasil-jirau-e-inaugurada-oficialmente-em-rondonia.html

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	<p>O canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Jirau foi cenário de conflitos e manifestações de trabalhadores, que alegavam (sic) melhores condições de trabalhos, reajuste salarial, dentre outros benefícios pleiteados durante acordos coletivos.</p> <p>Em agosto deste ano, o Ministério Público Federal de Rondônia (MPF-RO) pediu, na Justiça Federal do estado, o cancelamento da licença de operação da usina hidrelétrica de Jirau. Entretanto, teve o pedido negado.</p>
FONTE	MPF - 08/06/17
LINK	http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/mpf-tenta-suspender-licenca-de-operacao-da-hidreletrica-jirau
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de imprensa
NOTAS	<p>O Ministério Público Federal (MPF) tenta suspender a licença de operação da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. A empresa responsável pelo empreendimento, Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), não cumpriu com condicionante do licenciamento para compensar e diminuir os impactos das hidrelétricas na atividade pesqueira, afetando a sobrevivência e subsistência da Comunidade Tradicional Pesqueira de Abunã.</p>
FONTE	MPF - 30/09/16
LINK	http://www.mpf.mp.br/ro/atuacao/meio-ambiente/2016/recomendacao-10-2016-compensacao-jirau-icmbio ; http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-recomenda-que-hidreletrica-de-jirau-e-icmbio-agilizem-compensacao-ambiental
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	<p>Uma tropa da Força Nacional foi enviada para fortalecer a segurança nas obras da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho, na tarde desta quinta-feira (17). Trabalhadores locais estão realizando protestos desde terça-feira (15), quando queimaram cerca de 45 ônibus e 15 carros administrativos, além de destruir e danificar 30 instalações e 35 alojamentos.</p>
FONTE	MPF - 12/12/08
LINK	http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-e-mp-ro-pedem-o-afastamento-do-presidente-e-do-diretor-de-licenciamento-ambiental-do-ibama
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	<p>Os Ministérios Públicos Federal (MPF/RO) e Estadual de Rondônia (MP/RO) ajuizaram ação de improbidade administrativa com pedido de afastamento liminar do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco, e do diretor de Licenciamento Ambiental, Sebastião Custódio Pires, pela concessão da licença de instalação parcial da Usina Hidrelétrica de Jirau.</p>
FONTE	MPF - 25/08/08
LINK	http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-ro-e-mpe-propoem-acao-contra-mudanca-no-local-de-construcao-de-jirau
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial

NOTAS Os Ministérios Públicos Federal (MPF/RO) e Estadual (MP/RO) ajuizaram, hoje, 25 de agosto, ação civil pública ambiental com pedido de liminar de anulação do leilão e do contrato de concessão para construção da usina hidrelétrica de Jirau. A ação foi proposta contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Consórcio Energia Sustentável do Brasil - Enersus S/A.

FONTE MPF - 18/08/09

LINK <http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-e-mp-de-rondonia-querem-anulacao-de-acordo-que-pretende-desmembrar-floresta-nacional-do-bom-futuro>

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.) Processo Judicial

NOTAS O Ministério Público Federal (MPF/RO) e o Ministério Público do Estado de Rondônia (MP/RO) ingressaram com uma ação civil pública, com pedido de liminar, para que a Justiça Federal suspenda o acordo feito entre a União e o estado de Rondônia para desmembrar a Floresta Nacional (Flona) do Bom Futuro, localizada na divisa dos municípios de Porto Velho e Buritis. A ação foi proposta pelos procuradores da República Nádia Simas Souza, Heitor Alves Soares, Lucyana M. P. Affonso de Luca e Francisco Marinho e pelas promotoras de Justiça Aídee Moser Torquato Luiz e Andréa Luciana Damacena Engel. Segundo os MPs, o acordo foi feito para compatibilizar os interesses do governo federal e do governo estadual. O primeiro queria agilizar as obras da hidrelétrica de Jirau e conseguir que o governo estadual emitisse a licença de instalação da usina. Na época, o governo de Rondônia alegava que a inundação de 600 hectares da Floresta Estadual Rio Vermelho A, decorrente da mudança de localização da barragem da hidrelétrica, necessitava de compensação ainda não prevista, uma vez que a alteração do barramento ocorreu após a elaboração dos estudos de impacto ambiental. Já o interesse do governo estadual é a regularização fundiária dos invasores da Floresta Nacional do Bom Futuro.

FONTE MPF - 06/07/09

LINK <http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-e-mp-de-rondonia-processam-presidente-do-ibama-por-improbidade-administrativa>

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.) Processo Judicial

NOTAS O Ministério Público Federal (MPF/RO) e o Ministério Público de Rondônia (MP/RO) movem uma ação civil pública de improbidade administrativa contra o presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco, que pode perder a função pública e pagar multa de cem vezes o valor de seu salário. Segundo os MPs, ele emitiu a licença de instalação da usina hidrelétrica de Jirau em desacordo com a legislação ambiental e com a lei de licitações.

FONTE MPF - 05/05/09

LINK <http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/ministerios-publicos-federal-e-estadual-recomendam-que-ibama-suspenda-licenca-de-instalacao-da-hidreletrica-de-jirau>

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.) Processo Judicial

NOTAS	O Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) e o Ministério Público Estadual (MP/RO) emitiram recomendação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para suspensão da Licença de Instalação nº 563/2008, que autorizou a Energia Sustentável do Brasil S.A. (consórcio Enersus) a construir o canteiro de obras da hidrelétrica de Jirau. Os MPs argumentam na recomendação que houve mudança do local de construção de duas ensecadeiras da futura hidrelétrica e que o consórcio desmatou essas áreas sem autorização do Ibama.
FONTE	UOL - 12/04/2017
LINK	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/04/12/dilma-favoreceu-doadora-em-construcao-de-hidreletrica-diz-emilio-odebrecht.htm
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	O patriarca da maior empreiteira do país, Emílio Odebrecht, revelou que a ex-presidente Dilma Rousseff era “responsável pelo favorecimento” da empresa Tractebel-Suez em licitação para construção da Usina Hidrelétrica de Jirau.
FONTE	EPOCA - 13/04/17
LINK	http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidreletricas-da-amazonia.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	Segundo os delatores, houve desde pagamentos para interferir no leilão até pedidos para agilizar licenças ambientais nas usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira.
FONTE	Valor Econômico - 11/12/13
LINK	http://www.valor.com.br/empresas/3368518/aneel-muda-decisao-e-jirau-avalia-ir-justica
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	A trégua entre as concessionárias responsáveis pelas duas hidrelétricas em construção no rio Madeira, em Rondônia, foi enterrada após uma polêmica decisão da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O colegiado da agência suspendeu ontem o repasse de 24,3 dos 207 megawatts médios obtidos com o projeto de ampliação da usina de Santo Antônio para compensar a concessionária de Jirau.

Santo Antônio, Rio Madeira

FONTE	Repórter Brasil - 30/07/2015
LINK	http://reporterbrasil.org.br/2015/07/amazonia-apodrece-em-lagos-de-novas-hidreletricas/
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	O mesmo problema de alagamento de áreas de floresta que aconteceu em Teles Pires foi flagrado na construção da usina de Santo Antônio, em Rondônia, em 2012.

FONTE	Huffpost - 13/05/2014
LINK	http://www.huffingtonpost.com/2014/03/13/amazon-river-devastates_n_4951671.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Tudo isso aconteceu porque o fenômeno não foi previsto pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – comissionado por Furnas e pela Odebrecht, as empresas responsáveis por Santo Antônio, e certificado pelo IBAMA antes de emitir a permissão. Esta é a avaliação que aponta os possíveis danos causados pela construção e as ações necessárias para mitigá-los. A construção das barragens terá impactos diretos e indiretos sobre cinco terras indígenas, e a área alagada irá atingir parte de seis unidades de conservação. Nossos repórteres contataram as empresas Santo Antônio Energia, responsável pela construção da barragem de Santo Antônio, e a Energia Sustentável do Brasil, que está construindo a usina de Jirau, para solicitar uma visita aos locais de construção e entrevistar os funcionários responsáveis pelas questões sociais e ambientais. Ambas empresas negaram nossos pedidos, alegando “falta de tempo” de suas equipes.</p>
FONTE	Washington Post - 14/10/2008
LINK	http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/10/13/AR2008101302539.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>A empresa brasileira que trabalha com Furnas na barragem de Santo Antônio, a Odebrecht, foi recentemente expulsa do Equador pelo governo, por conta de problemas com uma barragem construída ali, o que levantou mais preocupações entre os críticos do projeto no Brasil.</p>
FONTE	Business & Human Rights Resource Center - 05/05/2011
LINK	https://business-humanrights.org/en/santander-bank-suspends-funding-for-controversial-brazilian-dam
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Recurso Online
NOTAS	<p>O maior banco da Europa, o Santander, suspendeu seu financiamento para a controversa barragem de Santo Antônio, citando preocupações sociais e ambientais.</p>
FONTE	Rondoniaovivo - 28/09/16
LINK	http://www.rondoniaovivo.com/noticia/lava-jato-obra-da-uhe-santo-antonio-sera-investigada-pela-policia-federal/164294
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>A Polícia Federal (PF) abriu nessa terça-feira (27) inquérito relacionado à 35ª fase da Operação Lava Jato, que prendeu o ex-ministro da Casa Civil no governo Dilma Rousseff e ex-ministro da Fazenda no governo Lula, Antônio Palocci.</p>
FONTE	The Guardian - 12/02/13
LINK	https://www.theguardian.com/world/2013/feb/12/brazil-hydroelectric-jirau-dam
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa

NOTAS	<p>A represa e o complexo de Santo Antônio, que estão sendo construídos alguns quilômetros à jusante irá fornecer apenas 5% do que os planejadores brasileiros de energia afirmam que o país precisará em 10 anos.</p> <p>Assim, o Brasil está construindo mais represas, gerando controvérsia ao alocá-las, em sua maioria, na maior e mais diversa floresta do mundo.</p>
FONTE	Reuters - 13/12/09
LINK	http://www.reuters.com/article/us-climate-brazil-dam-idUSTRE5BC06X20091213
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Recurso Online
NOTAS	<p>A barragem de Santo Antônio, no oeste do estado amazônico de Rondônia, que irá funcionar em dezembro de 2011, irá pavimentar a rota de comércio entre os oceanos Atlântico e Pacífico, ao tornar o leito do Rio Madeira navegável.</p> <p>Mas este gigante projeto também pode tornar mais difícil para a nação guiar um novo curso como líder do movimento verde global.</p>
FONTE	Mongabay - 11/06/2015
LINK	https://news.mongabay.com/2015/06/tapajos-and-other-amazon-dams-not-sustainable-development-say-reports/
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Recurso Online
NOTAS	<p>O pesquisador vê a barragem de Santo Antônio como um claro exemplo da necessidade de reformular as regulações do MDL. O projeto já estava em construção em 2008 no Rio Madeira, em Rondônia, mas não foi aprovado pelo Conselho Executivo do MDL para créditos de carbono até 2013. Ou seja, a barragem teria sido construída de qualquer forma, mesmo sem os subsídios do MDL.</p>
FONTE	NYT - 11/06/07
LINK	http://www.nytimes.com/2007/06/11/world/americas/11amazon.html?mcubz=2
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Muitos dos argumentos pró e contra as duas barragens a serem construídas, Jirau e Santo Antônio, reprisam aqueles debates anteriores no Brasil e outros lugares. Os proponentes falam dos milhares de empregos que serão criados com a construção das barragens e prevê apagões, caso elas não sejam. Os oponentes alertam sobre danos à floresta e dizem que existem outras fontes alternativas, mais baratas e eficientes.</p>
FONTE	Globo -12/01/17
LINK	http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2017/01/hidreletrica-santo-antonio-consegue-liberacao-para-aumentar-reservatorio.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>O Ibama informou ainda que o aumento da cota não vai atingir as famílias, porém o Movimento dos Atingidos por Barragens acredita que o aumento pode afetar cerca de 400 famílias. O plano de segurança ainda não foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas a hidrelétrica Santo Antônio informou que o prazo é até dezembro de 2017.</p>

FONTE	O Eco - 21/03/17
LINK	http://www.oeco.org.br/noticias/justica-suspende-renovacao-de-licenciamento-da-hidreletrica-de-santo-antonio/
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Recurso Online
NOTAS	O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), por meio de seu desembargador federal Souza Prudente, determinou, na segunda-feira (20), que o Ibama suspenda a renovação de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, uma das maiores do Brasil. A suspensão atende os pedidos do Ministério Público Federal (MPF) e o do Ministério Público do Estado de Rondônia (MP/RO), autores da ação.
FONTE	Folha de São Paulo - 27/08/16
LINK	http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1807568-usina-de-santo-antonio-no-madeira-enfrenta-oposicao-para-ampliacao.shtml
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	Essa é a segunda tentativa de concessionária de elevar o reservatório para colocar em funcionamento seis novas turbinas que vão gerar energia para Acre e Rondônia. O projeto original foi aprovado ainda em 2013, mas travou por embates ambientais. De acordo com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), os impactos que essa ampliação pode provocar são imprevisíveis.
FONTE	Rondôniaovivo - 19/03/17
LINK	http://www.rondoniaovivo.com/noticia/lava-jato-aecio-acertou-r-50-milhoes-por-usina-de-santo-antonio-diz-odebrecht/175425
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	As investigações andam apontando que houve pagamentos de propinas milionárias para a conquista do contrato. Entre os nomes citados está o do líder do PSDB e ex-candidato à presidência da república, Aécio Neves.
FONTE	Globo - 17/04/17
LINK	http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/04/obras-de-hidreletricas-tambem-foram-alvo-de-propina.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	Segundo os delatores, a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, que integraram o consórcio da usina de Santo Antônio, pagaram pelo menos R\$ 128,5 milhões em propina. Os valores foram repassados a políticos para garantir o andamento das obras.
FONTE	Globo - 25/07/17
LINK	http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/07/alem-de-temer-comando-do-pmdb-enfrenta-24-inqueritos.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa

NOTAS	Edison Lobão também viu serem arquivadas por falta de provas duas acusações de Costa – uma entrega de R\$ 1 milhão em espécie, feita por meio do doleiro Alberto Youssef, e a intermediação de R\$ 2 milhões para a campanha de Roseana Sarney, no Maranhão, que teria saído das obras da refinaria premium da Petrobras no estado. Mas Lobão ainda é investigado em oito inquéritos, incluindo propinas recebidas nas obras das hidrelétricas de Belo Monte e do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) – esta última listada na planilha da Odebrecht, onde o ex-ministro aparecia com o codinome de “Esquálido”, beneficiado por R\$ 10 milhões.
FONTE	Globo - 20/04/17
LINK	http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/obra-da-usina-de-santo-antonio-so-comecou-apos-propina-de-r-3-milhoes-diz-delator.ghtml
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	O ex-executivo da Odebrecht Henrique Valladares afirmou em depoimento que pagou propina de R\$ 3 milhões a um ex-conselheiro do Fundo de Garantia do (sic) Tempo de Serviço (FGTS) para que as obras da hidrelétrica de Santo Antônio (RO) pudessem começar.
FONTE	MPF - 06/02/12
LINK	http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mps-de-rondonia-firmam-tac-para-garantir-moradia-a-atingidos-por-erosoes-de-usina
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	Os Ministérios Públicos do Estado de Rondônia (MP/RO) e Federal em Rondônia (MPF/RO) firmaram termo de ajustamento de conduta (TAC) junto à Santo Antônio Energia, por meio do qual a empresa se compromete a assumir a responsabilidade imediata do custeio das necessidades básicas (remoções/relocações) dos moradores atingidos pelas erosões provocadas pelos efeitos da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, enquanto essas pessoas estiverem em uma moradia provisória. Pelo TAC, a empresa se compromete ainda a providenciar casas em caráter definitivo ou a indenizar os atingidos ou desalojados.
FONTE	MPF - 06/12/13
LINK	http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-ro-e-santo-antonio-energia-discutem-compensacoes-sociais-aos-indigenas
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	O Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) participou de reunião realizada com o povo indígena Cassupá e Salamã, lideranças indígenas Karipuna e Karitiana, representantes da Funai e Santo Antônio Energia. Na ocasião foram discutidas compensações sociais da usina de Santo Antônio para as comunidades indígenas Cassupá e Salumã.
FONTE	MPF - 05/2014
LINK	http://www.mpf.mp.br/ro/atuacao/meio-ambiente/2014/liminar-suspende-leilao-de-energia-da-hidreletrica-de-santo-antonio/view
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	Pedido para suspensão do leilão até a decisão final do IBAMA sobre a elevação da cota do reservatório da UHE de Santo Antônio.

FONTE	MPF - 20/03/17
LINK	http://www.mpf.mp.br/ro/sala-de-imprensa/noticias-ro/mpf-e-mp-ro-obtem-suspensao-de-licenca-da-hidreletrica-de-santo-antonio
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado de Rondônia (MP/RO) conseguiram decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) em um recurso. A decisão determina que o Ibama suspenda imediatamente a renovação de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio até o início das condicionantes relacionadas ao Patrimônio Arqueológico, Pré-Histórico e Histórico. O cumprimento da decisão é imediato, sob pena de multa de R\$ 50 mil por dia de atraso.
FONTE	MPF - 02/2010
LINK	http://www.mpf.mp.br/ro/atuacao/meio-ambiente/2010/TAC_UHSA_2010.pdf/view
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	Apurar eventual responsabilidade civil do Consórcio Santo Antônio Energia S/A pela morte de 11 toneladas de peixes no Rio Madeira em dezembro de 2008.

Belo Monte

FONTE	Correio Cidadania - 26/04/2017
LINK	http://www.correiocidadania.com.br/colunistas/telma-monteiro/12512-um-golpe-chamado-belo-monte-1
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>O TCU fez uma auditoria no fim de 2016 e constatou como a Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Eletrobras deram um golpe para faturar Belo Monte. Finalmente, em 17 de novembro de 2016 o Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu em relatório de auditoria um superfaturamento de R\$ 3,2 bilhões na construção da hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu. Demonstrou, também, as irregularidades desde a concepção do empreendimento.</p> <p>A notícia, postada no site do próprio TCU, aponta sobrepreço no processo de Belo Monte. O TCU começou a analisar o processo de Belo Monte, pela primeira vez, em 2009. Ainda, em fevereiro de 2010, o Acórdão nº131/2010-Plenário do TCU encaminhou determinações e recomendações à Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Foi a partir daí que os custos de construção de Belo Monte sofreram alterações e ultrapassaram R\$ 19 bilhões.</p> <p>Agora, com a auditoria, ficou claro como isso foi possível. Foram identificadas, graças às técnicas aplicadas na auditoria, falhas no leilão de Belo Monte, desvio de finalidade na participação da Eletrobras no consórcio Norte Energia, vencedor do leilão e responsável pela implantação de Belo Monte, falta de transparência no contrato de obras civis, sonegação de informações no curso da auditoria, inconsistências em aditivo de contrato das obras, e superavaliação e superfaturamento no contrato de obras civis. Constatou-se também que um pequeno grupo de empresas que participaram nas diversas fase dos estudos de Belo Monte acabou por esvaziar a concorrência no leilão.</p>

FONTE	ISA - Notícia publicada em 10/04/2017 e Dossiê sobre Belo Monte – Junho de 2015
LINK	https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/licenca-de-operacao-de-belo-monte-e-suspensa-em-decisao-historica e https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31046_20150701_170921.pdf
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Na última quinta-feira (6/4), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) suspendeu a Licença de Operação (LO) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte concedida em novembro de 2015. A decisão foi embasada em recurso do Ministério Público Federal (MPF) que determinou a suspensão até que o sistema de saneamento básico da cidade de Altamira, no Pará, esteja efetivamente funcionando. Foi a primeira vez que o TRF-1 derrubou uma suspensão de segurança no caso Belo Monte, que permitia que a empresa continuasse com as obras mesmo sem se verificar o atendimento desta condicionante.</p> <p>A suspensão de segurança pode ser aplicada por tribunais regionais federais diante da possibilidade de “ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”. Em resumo, permite aos presidentes dos tribunais cassarem decisões que julguem impertinentes, mesmo que estas não façam mais do que aplicar a lei em vigor no país. Trata-se de uma herança jurídica dos tempos da ditadura militar. (Saiba mais). Em levantamento preliminar, o MPF atestou que esse mecanismo foi utilizado 23 vezes no licenciamento das hidrelétricas na Amazônia: nos rios Tapajós, Teles Pires e Xingu. Destas, sete foram aplicadas em Belo Monte.</p>
FONTE	MPF - 06/04/2017
LINK	http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/trf1-suspende-licenca-de-operacao-de-belo-monte
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	A Justiça Federal do Pará deferiu parcialmente o pedido do MPF, apresentado em ação civil pública, e determinou a suspensão da licença de operação da usina, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), até que fossem integralmente cumpridas as obrigações relacionadas ao saneamento básico.
FONTE	EBC Agência Brasil - 07/04/2017
LINK	http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-04/justica-suspende-licenca-de-operacao-de-belo-monte
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) suspendeu a licença de operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, após acatar recurso do Ministério Público Federal no estado (MPF-PA).</p> <p>De acordo com nota divulgada pelo MPF-PA, a suspensão se deu pelo fato de a Norte Energia, empresa responsável por Belo Monte, não realizar obras de saneamento básico na cidade de Altamira, uma das condicionantes do empreendimento.</p>
FONTE	Folha de São Paulo - 24/03/2017
LINK	http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1869389-ao-tse-delator-cita-lobao-e-pmdb-em-esquema-de-propina-de-belo-monte.shtml
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa

NOTAS	Ao TSE, delator ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura – a Benedicto Junior – diz que PMDB recebeu propina pelas obras de Belo Monte. Ele mencionou o senador Edison Lobão (PMDB -Maranhão) como a pessoa para qual os recursos vinculados à obra deveriam ser destinados. Segundo o executivo, o PMDB foi o único a receber propina de Belo Monte e o PT ficou de fora devido ao veto de Marcelo Odebrecht.
FONTE	Época - 20/03/2017
LINK	http://epoca.globo.com/politica/expresso/noticia/2017/03/lava-jato-avanca-em-investigacao-sobre-obra-da-usina-de-belo-monte.html
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	Os investigadores da Lava Jato em Curitiba estão em fase avançada no capítulo que envolve a corrupção na obra da Usina de Belo Monte, no Pará. A animação com o assunto deve-se à possibilidade de terem acesso a informações de uma peça-chave no esquema: o lobista Milton Lyra, mais conhecido como Miltinho. Ele é próximo dos senadores Renan Calheiros e Edison Lobão, ambos do PMDB. Em outra frente, os procuradores estão mais perto de uma personagem que teve grande influência no Planalto e no episódio: a ex-ministra da Casa Civil, Erenice Guerra.
FONTE	MPF - 08/03/2016
LINK	http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-paralisacao-de-belo-monte-por-risco-de-colapso-sanitario
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública pedindo paralisação emergencial do barramento do rio Xingu por agravar a poluição do rio e lençol freático da cidade de Altamira com esgoto doméstico, hospitalar e comercial, já que a condicionante de implantação de saneamento básico, que evitaria esse impacto, até hoje não foi cumprida.
FONTE	G1 - 16/02/2017
LINK	http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/lava-jato-cumpre-mandados-de-busca-e-apreensao-no-df-rj-e-pa.ghtml
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Polícia Federal deflagrou dia 16/02 a operação Leviatã, para cumprir mandados de busca e apreensão nas casas e escritórios de pessoas investigadas por propina na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. A Leviatã se baseia em provas coletadas na Operação Lava Jato. Entre os alvos da operação, segundo a Polícia Federal, estão o ex-senador pelo PMDB do Pará Luiz Otávio e o filho do senador Edison Lobão (PMDB-MA), Márcio Lobão. As buscas estão relacionadas a um inquérito que corre no STF para investigar pagamento, por parte das empresas do consórcio de Belo Monte, de 1% dos valores das obras da usina ao PT e ao PMDB.</p> <p>Em maio de 2016, o STF autorizou abertura de inquérito para investigar Edison Lobão por desvios na obra de Belo Monte. À época do pagamento das supostas propinas ele era ministro de Minas e Energia.</p> <p>Em junho, foi aberto inquérito, pelo mesmo motivo, para investigar os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Jader Barbalho (PMDB-PA). Essas investigações serviram de base para a Leviatã.</p> <p>Todos são suspeitos pela prática de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, por suposto recebimento de propina em contratos da obra.</p>

NOTAS

A investigação das suspeitas de pagamento de propina na construção da hidrelétrica de Belo Monte foi autorizada por Fachin com base na delação premiada de Luiz Carlos Martins, funcionário da empreiteira Camargo Corrêa, dentro da Operação Lava Jato.

As suspeitas sobre Calheiros, Jucá, Raupp e Barbalho surgiram nos relatos feitos pelo senador cassado Delcídio do Amaral (sem partido-MS) no acordo de delação premiada assinado por ele. "O leilão da hidrelétrica foi vencido pela Norte Energia, formado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) - subsidiária da Eletrobras -, Construtora Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, entre outras empresas. Entretanto, a Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht acabaram contratadas para a construção da usina.

Maior projeto brasileiro no setor elétrico, Belo Monte tem a conclusão das obras prevista para janeiro de 2019. O investimento estimado é de R\$ 28,9 bilhões.

FONTE

Poder 360 - 16/02/2017

LINK

<https://www.poder360.com.br/lava-jato/operacao-da-lava-jato-apura-desvios-do-pt-e-pmdb-em-obras-de-belo-monte>

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)

Artigo de Imprensa

NOTAS

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta 5ª feira (16.fev.2017) a operação Leviatã, no âmbito da Lava Jato. A investigação mira suposto pagamento de propina em obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. O percentual desviado seria de 1%. Os beneficiados seriam o PT e o PMDB.

Estão entre os alvos da ação Márcio Lobão, filho do senador Edison Lobão (PMDB-MA), e o ex-senador Luiz Otávio (PMDB-PA). A operação decorre dos depoimentos de delatores. Os principais são os de Luiz Carlos Martins (ex-Camargo Corrêa), Flávio Barra (Andrade Gutierrez), Delcídio do Amaral (ex-senador pelo PT) e Sérgio Machado (ex-presidente da Transpetro).

A operação investiga pagamentos de propinas a 2 partidos políticos decorrentes das obras civis da hidrelétrica Belo Monte, no Pará. De acordo com a PF, as empresas participantes do consórcio destinavam 1% do valor para as legendas.

FONTE

Jota Info - 16/11/2016

LINK

<https://jota.info/concorrenca/cade-assina-4o-acordo-de-leniencia-na-lava-jato-e-investigara-belo-monte-16112016>

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)

Artigo de Imprensa

NOTAS

Um inquérito administrativo foi aberto dia 16/11/2016 para investigar o conluio da Andrade Gutierrez com a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. na construção da usina de Belo Monte, no Pará. Com o acordo, a Andrade Gutierrez se livra de eventuais punições pelo cartel envolvido nas obras da usina de Belo Monte, além de obter extinção de punições penais para os executivos que aderiram ao acordo. Por isso, os procuradores da Força Tarefa da Lava Jato em Curitiba também assinam a leniência.

NOTAS A Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e a Odebrecht se organizaram em consórcios para disputar a licitação de Belo Monte, que revelou uma sucessão de problemas. A Camargo e a Odebrecht desistiram da disputa, em função do baixo valor de retorno. A Andrade continuou e perdeu o certame, mas depois todas foram envolvidas primeiro nas obras civis da usina e, em seguida, na construção da mesma.

FONTE Veja - 16/11/2016

LINK <http://veja.abril.com.br/brasil/em-acordo-com-cade-andrade-gutierrez-cita-cartel-em-belo-monte/>

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.) Artigo de Imprensa

NOTAS Em mais um desdobramento das investigações da força-tarefa da Operação Lava Jato, a empreiteira Andrade Gutierrez fechou um acordo de leniência com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os depoimentos de executivos e ex-executivos da Andrade, equivalentes a uma delação premiada da empresa, relatam como grandes construtoras se organizaram em um cartel que fraudou licitações da usina de Belo Monte, erguida na bacia do Rio Xingu, no Pará. Negociado por dez meses e concluído em setembro, o acordo com a empresa foi divulgado somente nesta quarta-feira e deu origem a um inquérito administrativo no Cade.

FONTE El Pais Brasil - 11/04/2016

LINK https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/11/opinion/1460390361_909016.html

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.) Artigo de Imprensa

NOTAS Segundo a Folha de S. Paulo, Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez, uma das maiores empreiteiras do país, revelou à Operação Lava Jato um esquema de propinas no valor de 150 milhões de reais envolvendo a hidrelétrica. O dinheiro seria dividido em partes iguais entre PT e PMDB e teria sido entregue pelas construtoras envolvidas na obra da hidrelétrica na forma de doações legais às campanhas eleitorais de 2010, 2012 e 2014. Basicamente, lavagem de dinheiro de propina via financiamento de campanha.

FONTE Folha - 7/04/2016

LINK <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1758468-propina-de-belo-monte-foi-de-r-150-milhoes-diz-andrade-gutierrez.shtml>

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.) Press article

NOTAS same news above

FONTE	Jus Brasil - Folha Política 2014
LINK	Não possui link para versão online
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>As investigações da Operação Lava-Jato chegaram à usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. No acordo de delação premiada assinado com o Ministério Público Federal, o empresário Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, acionista do grupo Toyo Setal, comprometeu-se a entregar à força-tarefa do Ministério Público informações detalhadas e documentos sobre “todos os fatos relacionados a acordos voltados à redução ou supressão de competitividade, com acerto prévio do vencedor, de preços, condições, divisão de lotes etc., nas licitações e contratações” realizadas para a construção da hidrelétrica. A própria Norte Energia, então, que sugeriu a associação entre a Engevix e a Toyo Setal, e ainda discutiu com as duas o preço a ser pago.</p> <p>Todas as empresas convidadas a participar da obra da UHE de Belo Monte estão envolvidas no escândalo de desvio de recursos na Petrobras. O vice-presidente da Engevix, Gerson de Mello Almada, está preso na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Almada foi apontado por outros diretores da empresa como o responsável pelo cartel, e na sala dele foram apreendidos documentos que comprovam o acerto prévio entre as empreiteiras nas licitações.</p>

Teles Pires, São Manuel

FONTE	Comissão Pastoral da Terra (CPT) - 09/07/2017
LINK	https://cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/3824-mpf-diz-que-e-inapto-seminario-de-avaliacao-do-programa-ambiental-da-usina-teles-pires
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Indígenas Apiaká, Kayabi e Munduruku denunciaram falhas no Programa Básico Ambiental Indígena (PBAI), que é uma condicionante para renovação da Licença de Operação da hidrelétrica. “Indígenas participantes do seminário de consulta da empresa hidrelétrica denunciaram que o programa PBAI não mitigou os impactos socioambientais da usina como previsto, pelo contrário, criou novos problemas às comunidades indígenas, que incluiu também aldeias no estado do Pará.</p> <p>O MPF abriu inquérito para investigar as irregularidades apontadas pelos indígenas no PBAI. O MPF já ajuizou sete Ações Cíveis Públicas sobre violações dos direitos humanos e da legislação ambiental cometidos no planejamento, licenciamento e implantação da UHE Teles Pires.</p>

FONTE	Olhar direto - 23/04/2017
LINK	http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=433614&noticia=odebrecht-a-rainha-das-delacoes-confira-os-negocios-em-mt-da-empresa-investigada-na-lava-jato
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Consórcio Construtor Teles Pires foi contratado para executar o projeto e as obras civis, fornecer e montar os equipamentos eletromecânicos do empreendimento.</p> <p>Este consórcio é composto pelas empresas: Odebrecht, Voith, Alston, PCE e Intertechne, responsáveis pelas obras civis, fornecimento e montagem eletromecânica e engenharia de projeto.</p> <p>A UHE Teles Pires é um empreendimento de infraestrutura contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.</p> <p>O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, assegurou o direito dos povos indígenas de serem consultados previamente para empreendimentos que afetem seus territórios. O caso da hidrelétrica Teles Pires corresponde a ação judicial do Ministério Público Federal. Em consequência das ações, não existe um prazo estabelecido para a finalização da obra.</p>

FONTE	MPF - 27/03/2017
LINK	http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/mpf-mt-instaura-inquerito-para-fiscalizar-cumprimento-do-componente-indigena-em-instalacao-de-usina-hidreletrica-no-rio-teles-pires
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Ministério Público Estadual de Mato Grosso instaurou inquérito para investigar o cumprimento do componente indígena do Projeto Básico Ambiental (PBA) das Usinas Hidrelétricas Teles Pires e São Manoel relativo à Terra Indígena Kayabi. “Os indígenas demonstraram preocupação com o atendimento à saúde de seus pares, já que o Posto de Saúde que foi construído não atende adequadamente o que eles precisam.</p> <p>Eles também solicitaram a construção urgente de um poço artesiano pela UHE São Manoel, já que a população indígena não está podendo mais utilizar a água do rio como antes, porque está sendo poluída pelo empreendimento, o que inclusive tem causado a mortandade de peixes, segundo as lideranças indígenas.” Assim, o MPE pediu à Associação Indígena Kawaip Kayabi (AIKK) para que encaminhe informações relativas aos problemas relacionados à saúde indígena que estão sendo enfrentados pela comunidade.</p> <p>O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Colíder também foram oficiados a fim de que informem ao MPF/MT como estão as tratativas para inclusão das Aldeias Kayabi e Apiaká, que estão inseridas na área de abrangência da UHE de São Manoel, no Programa Luz para Todos.</p>

FONTE	Racismo Ambiental - 27 de março de 2017
LINK	http://racismoambiental.net.br/2017/03/27/mpf-de-sinop-fiscaliza-cumprimento-do-componente-indigena-em-usina-hidreletrica-no-teles-pires/
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	Mesma nota acima

FONTE	Superior Tribunal de Justiça - 06/01/2017
LINK	http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Concession%C3%A1ria-de-energia-el%C3%A9trica-deve-entregar-documentos-para-investiga%C3%A7%C3%A3o-relacionada-%C3%A0-Lava-Jato ; https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&termo=SLS%202228
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Concessionária de energia elétrica deve entregar documentos para investigação relacionada à Lava Jato</p> <p>O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão que determinou à Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (CHTP), concessionária de energia elétrica, a entrega de aparelhos eletrônicos e celulares, além de documentos contábeis, financeiros e comerciais que vêm sendo requeridos judicialmente pela Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.</p> <p>Por meio de duas subsidiárias (Furnas e Eletrosul), a Eletrobras tem participação indireta no capital da CHTP, que também contava entre seus acionistas (até o segundo semestre de 2016) com empresa do grupo Odebrecht. A Eletrobras fundamentou seu pedido de exibição de documentos nas informações sobre ocorrência de corrupção em obras de infraestrutura no setor elétrico, muitas delas desenvolvidas pelas mesmas empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato.</p> <p>Segundo a Eletrobras, para atender às exigências de seus auditores independentes, com vistas à elaboração das demonstrações financeiras dos exercícios de 2014 e 1015 (sic), foi contratada uma investigação particular, daí a ação de exibição de documentos ajuizada contra a CHTP. O objetivo da investigação, explicou a Eletrobras, é verificar eventuais afrontas às leis contra corrupção do Brasil e dos Estados Unidos, já que a empresa tem ações negociadas na Bolsa de Nova York.</p>
FONTE	EBC Agência Brasil - 02/12/2016
LINK	http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/tribunal-ordena-consulta-previa-indigenas-para-construcao-da-usina-teles-pires
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Por unanimidade, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) ordenou a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká, que serão atingidos pela obra da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, no rio de mesmo nome, localizada na divisa dos estados do Pará e de Mato Grosso. As informações foram divulgadas pelo Ministério Público Federal (MPF).</p> <p>“No julgamento de ontem, os desembargadores também consideraram inválida a licença de instalação concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente [Ibama] para a construção da usina. A Usina Teles Pires, conforme previsto pelos estudiosos, impactou gravemente a vida dos indígenas”, diz nota do ministério.</p> <p>Segundo o MPF, a decisão do tribunal não vai entrar em vigor imediatamente, por causa do recurso da suspensão de segurança, que interrompeu o efeito de qualquer decisão judicial enquanto não ocorrer o trânsito em julgado do processo.</p>
FONTE	Reporter Brasil - 31/07/2016
LINK	http://reporterbrasil.org.br/2016/07/eles-esperam-ha-dez-anos-para-serem-ouvidos-pelo-governo-agora-cansaram/
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa

NOTAS	<p>Três anos antes da inauguração de uma usina hidrelétrica no rio Teles Pires, na divisa entre o Pará e o Mato Grosso, indígenas que moram no local já avisavam: a obra destruiria grande parte dos peixes da região. O alerta dos povos Kayabi, Apiacá e Munduruku foi ignorado e, antes ainda de a usina ser inaugurada, peixes já foram encontrados mortos devido à falta de oxigênio dentro da água e outras centenas foram triturados pelas turbinas da hidrelétrica. Diante disso, o Ministério Público Federal entrou com ações judiciais, e o Ibama aplicou multas à usina. Diante dos protestos dos indígenas, que anunciavam a morte dos peixes que a obra traria, e a pedido do Ministério Público Federal, uma juíza de primeira instância suspendeu todas as obras até que eles pudessem se pronunciar a respeito.</p> <p>A consulta, porém, foi suspensa por outro juiz. Ele argumentou que a decisão de suspender a licença iria “contra a ordem e a economia”, e retardaria a “ampliação do parque energético do país, previsto no Plano de Aceleração de Crescimento II”. O juiz ainda se referiu a Teles Pires como parte de uma série de “empreendimentos energéticos competitivos, renováveis e de baixa emissão de carbono, que movimentam bilhões de reais e representam milhares de empregos diretos e indiretos.” (Leia a íntegra da decisão.)</p> <p>Juízes usaram argumentos semelhantes para acabar com a esperança das comunidades serem ouvidas em outras obras, como a usina de Belo Monte, no Pará, e São Manoel, no mesmo rio Teles Pires.</p>
--------------	---

FONTE	Documentário “O complexo”, produzido por Forest Comunicação - 09/ 2016
--------------	--

LINK	https://www.youtube.com/watch?v=1r53-axzV10
-------------	---

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Documentário
---	--------------

NOTAS	<p>Construído em solo sagrado indígena, o complexo hidrelétrico Teles Pires resulta em impactos ambientais na bacia do Alto Tapajós, localizada nos estados do Pará e do Mato Grosso. O documentário revela os vícios do licenciamento, dos estudos ambientais e das compensações das obras mais caras do Brasil. O complexo reúne quatro grandes usinas hidrelétricas. Dentre elas, a Teles Pires custou 3,3 bilhões de reais, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).</p> <p>Para prosseguir com as construções e sob o pretexto de garantir a ordem pública, as empreiteiras acionam um mecanismo jurídico da época do regime militar: a suspensão de segurança. A Amazônia e o Cerrado sofrem os efeitos negativos das hidrelétricas na água, na fauna e na flora. Os movimentos sociais e os atingidos pelas barragens são silenciados, enquanto os povos indígenas sentem no corpo a violência do Estado quando tentam proteger suas terras.</p>
--------------	---

FONTE	EBC Rádio Agência Nacional - 26/01/2016
--------------	---

LINK	http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2016-01/mpf-pede-suspensao-da-licenca-da-usina-de-teles-pires
-------------	---

TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
---	--------------------

NOTAS	<p>Segundo o procurador da república do Ministério Público Federal no Mato Grosso, Marco Antônio Barbosa, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires não cumpriu as medidas condicionantes para a liberação da licença, que eram executar programas para diminuir os impactos ambientais decorrentes do enchimento do reservatório. (...) O Ibama teria dia 28, para se manifestar sobre o pedido de suspensão da licença para Usina de Teles Pires. O prazo foi estabelecido pela Justiça depois que o Ministério Público Federal ajuizou uma ação com pedido liminar de suspensão da licença.</p>
--------------	---

FONTE	MPF - 2015
LINK	http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/Acao_MPF_hidreletrica_Teles_Pires_suspensao_licenca_operacao_nao_atendimento_condicionantes.pdf/view
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	<p>A Companhia Hidrelétrica Teles Pires descumpriu o Projeto Básico Ambiental (PBA), apresentado no bojo do licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, especificamente em relação ao Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; e Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto, previstos como condicionantes da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concedidas pelo órgão ambiental (IBAMA).</p> <p>O IBAMA, por sua vez, foi negligente na aprovação e fiscalização do cumprimento dos referidos Programas, a gerar grave dano à ictiofauna e à qualidade dos recursos hídricos da área de influência do enchimento do reservatório, com prejuízo as suas múltiplas funções ecológicas e inúmeros serviços ambientais, dentre os quais o fornecimento de água, ar puro, alimentos, equilíbrio climático, turismo ecológico, pesca, agricultura de subsistência, limpeza da água, entre outros benefícios.</p> <p>A implantação do empreendimento hidrelétrico, com violação direta aos Programas Ambientais discriminados acima, ocasionou danos ambientais extremamente graves e de ampla dimensão, em prejuízo de toda a coletividade e, em especial, às comunidades tradicionais locais e ictiofauna.</p>
FONTE	Reporter Brasil - 28/11/2015
LINK	http://reporterbrasil.org.br/2015/11/respostas-de-teles-pires/
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	Respostas da empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires sobre o desmatamento gerado pela obra. Segundo estudo do Instituto Centro de Vida, a degradação teve seu pico no ano do anúncio das obras da usina, quando alcançou 18 mil hectares. Paranaíta era a 93ª cidade que mais desmatava no país em 2010. Com a chegada da usina, disparou para o 26ª lugar do ranking em 2014.
FONTE	Repórter Brasil - 30/07/15
LINK	http://reporterbrasil.org.br/2015/07/amazonia-apodrece-em-lagos-de-novas-hidreletricas/
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Usina de Teles Pires descumpriu plano ambiental e alagou o reservatório com árvores dentro. Decomposição deve emitir grande quantidade de metano. O Ibama só constatou que o plano não tinha sido cumprido em fevereiro de 2015, quase três meses após autorizar o funcionamento da hidrelétrica em novembro de 2014. Os erros da usina já haviam sido diagnosticados pelo Instituto Centro de Vida, organização que monitora os impactos de Teles Pires.</p> <p>O instituto revelou que a usina não havia retirado nem metade da vegetação do local em outubro de 2014, há menos de um mês dela receber a autorização para encher o reservatório. O município onde fica a maior parte do lago, Paranaíta (MT), está na chamada "lista negra" do Ministério do Meio Ambiente, o ranking das cidades que mais desmatam. Mesmo que seguido à risca, o Plano de Desmatamento da usina não teria sido suficiente para conter os impactos ao meio ambiente.</p> <p>Este plano, que é elaborado pelo consórcio e aprovado pelo Ibama, estabeleceu que apenas 58% da vegetação deveria ser retirada dos 10,7 mil hectares alagados. Segundo especialistas ouvidos pela Repórter Brasil, o percentual contrasta com o plano de outras hidrelétricas licenciadas recentemente que fixam como meta a retirada total da vegetação. Não foram só os cientistas que não foram ouvidos sobre os detalhes do plano ambiental da hidrelétrica, mas também a população local afetada pela obra.</p>

FONTE	Olhar direto - 01/07/2015
LINK	http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?id=26550&noticia=delator-na-lava-jato-diz-que-deu-r-500-mil-para-nao-parar-obra-em-mato-grosso
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>O empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da construtora UTC, preso em uma das etapas da 'Operação Lava Jato', disse, em delação premiada, que fez doação eleitoral de R\$ 500 mil ao deputado federal Paulinho da Força (SD-SP), ex-presidente da Força Sindical, para evitar greve no pátio de obras da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) São Manoel, na divisa entre Mato Grosso e Pará.</p> <p>A informação é da Folha de S.Paulo. Conforme a reportagem, a licitação da hidrelétrica no rio Teles Pires foi vencida pela construtora Constran, do grupo UTC. Localizada na divisa dos estados de Mato Grosso e do Pará, a uma distância de cerca de 950 km de Cuiabá e a 125 km da cidade de Paranaíta, a UHE terá uma capacidade mínima de 700 MW, devendo gerar energia a partir de agosto de 2017, com capacidade para atender uma população de 2,5 milhões de pessoas. A represa de São Manoel tem previsão de inundar 64 km².</p>

FONTE	MPF - 29/05/2015
LINK	http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/sentenca-suspende-licencas-da-usina-sao-manoel-mas-nao-entra-em-vigor-por-aplicacao-de-instituto-juridico-da-ditadura
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>A Justiça Federal em Cuiabá sentenciou processo judicial sobre o licenciamento da usina hidrelétrica de São Manoel, no rio Teles Pires, na divisa entre o Pará e o Mato Grosso, suspendendo as licenças concedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) por falta de estudos de impactos sobre os indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku, atingidos pela obra. Como em outros processos que discutem irregularidades em obras do governo federal na Amazônia, a sentença não vai entrar em vigor e a obra deve continuar, por conta da aplicação do instituto jurídico da suspensão segurança.</p> <p>Inserida no ordenamento jurídico pela ditadura militar, a suspensão de segurança permite a continuidade de obras e políticas consideradas essenciais pelo governo por razões de economia pública.</p>

FONTE	MPF - 22/10/2014
LINK	http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-anulacao-da-licenca-de-instalacao-da-usina-sao-manoel
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) ajuizou mais uma ação apontando irregularidades no licenciamento da usina São Manoel, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, no rio Teles Pires, na divisa do Pará com o Mato Grosso. É a sétima ação do MPF contra a usina e pede a anulação da licença de instalação concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) porque o órgão não exigiu o cumprimento das condicionantes – medidas obrigatórias para mitigar e compensar os impactos da obra sobre a população e o meio ambiente.</p>

FONTE	Reporter Brasil - 30/04/2014
LINK	http://reporterbrasil.org.br/2014/04/justica-suspende-licenca-da-usina-sao-manoel-no-rio-teles-pires-para-proteger-indios-isolados/
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Justiça Federal do Mato Grosso suspende licença da usina São Manoel, no rio Teles Pires, para proteger índios isolados. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) deveria ter suspenso a licença prévia que concedeu ao empreendimento, sob pena de multa de R\$ 500 mil. A liminar atendeu pedido do Ministério Público Federal (MPF).</p> <p>De acordo com os Estudos de Impacto Ambiental da usina de São Manoel, a usina atingirá as terras indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaká do Pontal. Nessa última, vivem indígenas que optaram pelo isolamento voluntário. Os estudos apontam que a obra de uma grande usina na região vai provocar escassez irreversível de recursos naturais hoje abundantes para as populações indígenas, além da proliferação, também irreversível, de doenças como leishmaniose, dengue, febre amarela, malária e outras. Diante desses impactos, o grupo de isolados que perambula na terra Apiaká é o mais vulnerável de todos os indígenas afetados. A Justiça também chamou atenção para o fato de que não se trata de apenas uma usina, mas de um conjunto de empreendimentos que pode mudar completamente a região inteira. O complexo hidrelétrico do rio Teles Pires prevê sete barragens: UHE Teles Pires, UHE Colíder, UHE Sinop, UHE São Manoel, UHE Foz do Apiacás, UHE Magessi e UHE Salto do Apiacás.</p>

FONTE	Repórter Brasil - 04/06/2013
LINK	http://reporterbrasil.org.br/2013/06/indios-afetados-por-hidreletricas-tres-processos-judiciais-nenhuma-consulta/
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>O artigo se refere aos processos de consulta mal feitos em diferentes hidrelétricas. Os indígenas impactados de maneira definitiva pelos projetos de usinas hidrelétricas na Amazônia nunca foram consultados previamente, da forma definida pela Constituição brasileira e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Por esse motivo, o governo brasileiro responde a três processos judiciais, movidos pelo Ministério Público Federal no Pará e no Mato Grosso.</p> <p>Nas ações, o MPF defende o direito de consulta dos povos indígenas Arara, Juruna, Munduruku e também para os ribeirinhos dos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. Uma quarta ação está em estudo, em defesa do direito dos Kayabi, afetados pela usina de São Manoel e nunca consultados. O licenciamento da usina está em andamento, mas chegou a ser paralisado por não prever sequer estudos de impactos ambiental sobre os indígenas.</p> <p>Em todos os processos que move sobre a consulta, o MPF obteve vitórias em favor dos indígenas, mas o governo recorreu e toca os projetos com base em liminares e suspensões de segurança – instrumento em que o presidente de um tribunal suspende decisões das instâncias inferiores de forma solitária, sem julgamento em plenário. Sobre Teles Pires: “A usina já em estágio de construção, explodiu cachoeiras consideradas território sagrado para os índios Munduruku.</p> <p>Eles nunca foram consultados e por isso, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília ordenou a paralisação da obra em agosto do ano passado. Mas a decisão dos três desembargadores que analisaram o processo foi suspensa por uma decisão monocrática do presidente do Tribunal, Mário César Ribeiro. O processo continua tramitando</p>

FONTE	Rios vivos - 16/11/2010
LINK	http://riosvivos.org.br/a/Noticia-Complexo+hidreletrico+Teles+Pires++seis+usinas+e+um+rio/16744
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Artigo de Imprensa
NOTAS	<p>Apesar da proposta de se construir cinco usinas no rio Teles Pires - São Manoel (747 MW), Teles Pires (1820 MW), Colíder (342 MW), Sinop (461 MW), Magessi (53 MW) - Foz do Apicás no rio Apicás (275 MW), não foram realizados estudos dos impactos sinérgicos na região. Um Estudo de Impacto Ambiental e Respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da hidrelétrica Teles Pires foi aceito, no mês passado (outubro, 2010) pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama).</p> <p>As audiências públicas foram marcadas e já são objeto de questionamento por parte do Ministério Público. Na análise do EIA da usina de Teles Pires é possível ter uma ideia do tamanho do problema que afetará duramente a região situada no trecho onde começa uma sequência de cachoeiras chamadas Sete Quedas, no baixo curso do rio Teles Pires.</p> <p>A usina de Teles Pires, no entanto, não chegaria aos 50 anos de vida útil, se for levado em conta o agravamento das características hidrológicas da região. As mudanças climáticas, os períodos cada vez mais intensos de regimes de cheias e vazantes, o aumento do aporte de sedimentos devido à ocupação a montante (rio acima em direção às nascentes), poderiam reduzir ainda mais o tempo de geração comercial da usina.</p>

FONTE	Tribunal Regional Federal - 16/03/2012
LINK	http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=39474420124013600&secao=JFMT
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	Processo de suspensão da licença- de 2012 a 2016

FONTE	MPF 09/12/2015
LINK	http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/Acao_MPF_hidreletrica_Teles_Pires_suspensao_licenca_operacao_nao_atendimento_condicionantes.pdf/view
TIPO (jornal, nota, relatório, etc.)	Processo Judicial
NOTAS	<p>Ação do MPF contra Companhia Hidrelétrica Teles Pires e Ibama por causa do descumprimento de condicionantes, descumprimento do plano e pela suspensão da licença de operação.</p> <p>Ação do MPF contra a Companhia Hidrelétrica Teles Pires pelo descumprimento do Projeto Básico Ambiental (PBA), apresentado no licenciamento ambiental da UHE Teles Pires, especificamente em relação ao Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; e Programa de Desmatamento e Limpeza do Reservatório e das Áreas Associadas à Implantação do Projeto, previstos como condicionantes da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concedidas pelo órgão ambiental (IBAMA). As providências indicadas pelo MPF para realização pela CHTP são a adoção de medidas concretas para a garantia da qualidade da água em toda extensão do reservatório e área afetada pela instalação da hidrelétrica e a execução de programa de repovoamento das espécies de peixes da região (ictiofauna).</p> <p>O Ibama, de acordo com o pedido da ação, deve acompanhar a implementação dessas iniciativas e apresentar relatório detalhado sobre a efetividade delas.</p>

